

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129,  
inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o artigo 95, § 2º, inciso II, da Constituição  
Estadual, promove a presente

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE,**

tendo por objeto a retirada do ordenamento jurídico da Lei Estadual nº 11.898, de 08 de abril de  
2003, pelas seguintes considerações de fato e de direito:

**I - Dos fatos:**

O Ministério Público, através da Promotoria de Justiça de Defesa do  
Patrimônio Público, nesta Capital, encaminhou cópias das leis estaduais que versam sobre  
autorização e prorrogação de contratos emergenciais envolvendo os Hospitais da Brigada Militar  
de Porto Alegre e Santa Maria.

T J - S. CIVEL 29/007/03 17:42

8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

Inicialmente, a Lei nº 10.561, de 19 de outubro de 1995, autorizara o Poder Executivo a contratar, em caráter emergencial, por tempo determinado, recursos humanos para os referidos Hospitais (doc. fl. 10).

Entre Técnicos Científicos, Auxiliares de Saúde, Auxiliares Administrativos e serviços complementares, relativamente ao Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre, foram autorizadas 156 (cento e cinquenta e seis) contratações e, no que tange ao Hospital localizado em Santa Maria, 37 (trinta e sete) contratações (art. 1º, *caput*, da referida Lei).

O parágrafo 2º do art. 1º da Lei nº 10.561/95 fora assim redigido:

*"Parágrafo 2º - As contratações de que trata o 'caput' deverão ser extintas à medida em que forem nomeados, para atuarem nas mesmas localidades, candidatos aprovados em concurso público específico para provimento em cargos correspondentes, cujo edital de abertura deverá ser publicado no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da presente Lei".*

Não obstante a previsão legal acima, houve sucessivas prorrogações dos contratos em tela, por intermédio das Leis nºs 11.238/98, 11.374/99, 11.516/00 e 11.699/01, cujos prazos de vigência já expiraram (documentos de fls. 08, 07, 06 e 05, respectivamente) e da Lei nº 11.898/03, objeto da presente demanda.

O texto normativo impugnado possui o seguinte teor:

*"LEI 11.898, DE 08 DE ABRIL DE 2003.*

*Dispõe sobre a prorrogação dos contratos emergenciais previstos nas Leis nº 10.561, de 19 de outubro de 1995, nº 11.238, de 27 de novembro de 1998, nº 11.374, de 24 de setembro 1999, nº 11.516, de 13 de julho de 2000 e nº 11.699, de 11 de dezembro de 2001.*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

*O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.*

*Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:*

*Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar, até 30 de março de 2004, os contratos realizados nos termos da Lei nº 10.561, de 19 de outubro de 1995, cujos prazos de vigência foram prorrogados pelas Leis nº 11.238, de 27 de novembro de 1998, nº 11.374, de 24 de setembro 1999, nº 11.516, de 13 de julho de 2000 e nº 11.699, de 11 de dezembro de 2001.*

*§ 1º - Em caso de necessidade, os contratos decorrentes desta Lei poderão ser renovados por um período de 03(três) meses.*

*§ 2º - No prazo referido no caput deste artigo, será realizado concurso público de provas e títulos para fins de admissão de servidores nos hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.*

*§ 3º - A prorrogação dos contratos de que trata esta Lei fica condicionada ao atendimento do previsto na Lei Complementar nº 101, de 14 de maio de 2000, e não constitui em título para cômputo de pontos em concurso público.*

*Art. 2º - No prazo de 30(trinta) dias o Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado os seguintes dados relativos aos contratos ora prorrogados:*

- I – nome do servidor;*
- II – função para a qual foi contratado;*
- III – órgão e setor de lotação;*
- IV – local onde exerce as atividades;*
- V – função efetivamente desempenhada, e*
- VI – carga horária.*

*Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2002.*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

*Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.*

*PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 08 de abril de 2003."*

**II - Do direito:**

Basta a simples leitura da Lei nº 11.898/03, bem como dos atos que lhe antecederam, para constatar-se, às escâncaras, o vício de inconstitucionalidade, de ordem material, em virtude do malferimento do disposto no artigo 19, inciso IV, da Constituição Estadual, que estabelece a possibilidade de *"contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público"* (grifou-se).

Assim afirma-se porque as normas municipais atacadas não se conformam com a permissão constitucional, pois as contratações autorizadas não buscam a atender situações temporárias e de excepcional interesse da coletividade local, seja pela natureza das funções exercidas pelos contratados, seja pelas infundáveis prorrogações.

Sobre isso, ensina Adilson de Abreu Dallari:

*"Está absolutamente claro que não mais se pode admitir pessoal por tempo indeterminado, para exercer funções permanentes, pois o trabalho a ser executado precisa ser, também, eventual ou temporário, além do que a contratação somente se justifica para atender a um interesse público qualificado como excepcional, ou seja, uma situação extremamente importante, que não possa ser atendida de outra forma (...).*

*A lei deve indicar, como casos de contratação temporária, aquelas situações de excepcional interesse público referidas na Constituição, como, por exemplo, a ocorrência de calamidade pública, execução de serviços essencialmente transitórios, a necessidade de implantação imediata de um novo serviço, a manutenção de serviços que possam*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

*ser sensivelmente prejudicados em decorrência de demissão ou exoneração de seus executantes, etc. Em cada um desses casos deve ser estabelecida uma forma ou um procedimento para caracterizar a sua ocorrência, com a indicação de quem deve fazer uma exposição fundamentada e de quem deve decidir." (in "Regime Constitucional dos Servidores Públicos", RT, 1992, págs. 124 a 126)*

Márcio Cammarosano, citado por Celso Ribeiro Bastos, oferece outras observações aclaradoras sobre o tema:

*"A ênfase, a nosso ver, repousa na 'necessidade' ou não da contratação. Mas, para os fins Constitucionais, essa necessidade deve ser qualificada, mesmo porque se necessidade não houver, não se poderá cogitar de admissão de pessoal a qualquer título.*

*Com efeito, não se pode conceber que haja admissão de pessoal sem necessidade do serviço, seja ela temporária ou permanente. A administração pública não pode se prestar a servir de 'cabide' de emprego (...)*

*A necessidade a que alude o inc. IX do art. 37 deve, todavia, ser especialmente qualificada. Deve ser 'necessidade temporária de excepcional interesse público'.*

*Assim deve ser qualificada a necessidade quando a contratação de pessoal por tempo determinado for indispensável para, como diz Celso Antônio Bandeira de Mello, 'evitar o declínio do serviço ou para restaurar-lhe o padrão indispensável mínimo seriamente deteriorado pela falta de servidores' (...)*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

*Excepcional, anômala, portanto, há de ser a situação. Se a situação for excepcional, a necessidade será também de excepcional interesse público, ainda que não direta e indiretamente referida a prestação de serviços da mais relevante natureza, como são os denominados serviços essenciais.*

*A necessidade é de excepcional interesse público quando for premente, imperiosa para que determinado serviço funcione em condições satisfatórias mínimas, seja ele essencial ou não.*

*Em rigor, não há como dissociar a 'premência da necessidade de excepcionalidade do interesse'. Presente aquela, estará presente este, que nela se consubstancia.*

*E é premente a necessidade quando, se não atendida mediante contratação de pessoal por tempo determinado, não haja outra forma de igual eficácia para evitar o perecimento ou grave prejuízo para o serviço, ou, em se tratando de serviço essencial, qualquer gravame ou óbice ao seu melhor rendimento." (in "Comentários à Constituição do Brasil", Saraiva, 1992, págs. 101/102)*

O Supremo Tribunal Federal vem sendo rigoroso na apreciação dos requisitos constitucionais das contratações temporárias realizadas pelo Poder Público, como se vê na ADI nº 1.500/ES:

*"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO: ADMISSÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO: INCONSTITUCIONALIDADE. C.F., art. 37, II e IX. Lei 4.957, de 1994, do Estado do Espírito Santo, artigo 4º.*

*I - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos: C.F., art. 37, II.*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

*O art. 4º da Lei 4.957, de 1994, do Espírito Santo, autoriza o provimento de cargos públicos mediante 'contrato administrativo', sem concurso público, figura estranha de admissão no serviço público, que não se ajusta à hipótese excepcional de 'contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público'. C.F., art. 37, IX.*

*II - Suspensão cautelar da eficácia do art. 4º da Lei 4.957, de 1994, do Estado do Espírito Santo."*

Paralelamente, como conseqüência da violação à norma constitucional que permite a contratação temporária e excepcional de pessoal, verifica-se que também há afronta ao artigo 20, **caput**, da Constituição Riograndense, que exige a prévia aprovação em concurso para a investidura em cargo ou emprego público.

Ao serem realizadas as contratações da forma prevista nas leis impugnadas, está sendo possibilitado o acesso a emprego público sem a necessária realização de certame, desconsiderando-se a exigência constitucional que visa a permitir que todos os interessados disputem as vagas em igualdade de condições.

Vale, aqui, trazer as considerações pertinentes de Celso Antônio Bandeira de Mello:

*"O que a Lei Magna visou com os princípios da acessibilidade e do concurso público foi, de um lado, ensejar a todos iguais oportunidades de disputar cargos ou empregos na Administração direta, indireta e fundacional. De outro lado, propôs-se a impedir tanto o ingresso sem concurso, ressalvadas as exceções previstas na Constituição, quanto obstar a que o servidor habilitado por concurso para cargo ou emprego de determinada natureza viesse depois a ser agraciado com cargo ou emprego permanente de 'outra natureza', pois esta seria uma forma de*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

*fraudar a razão de ser do concurso público." (in "Curso de Direito Administrativo", Malheiros, 1997, pág. 161)*

Com efeito, a exigência de concurso público nada mais é que a observância do princípio da impessoalidade, tratado no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual, conforme observação do mesmo autor:

*"Nele se traduz a idéia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimntosas. Nem favoritismos nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie. O princípio em causa não é senão o próprio princípio da igualdade ou isonomia. Está consagrado no art. 37, 'caput', da Constituição. Assim como 'todos são iguais perante a lei' (art. 5º, caput) a fortiori teriam de sê-lo perante a Administração.*

*"No texto constitucional há, ainda, algumas referências a aplicações concretas deste princípio, como ocorre no art. 37, II, ao exigir que o ingresso em cargo, função ou emprego público depende de concurso público, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade" (op. cit., pág. 70).*

Assim, também houve ofensa aos princípios da impessoalidade e do concurso público.

Ainda, pode-se referir que as leis estaduais em discussão também violam o princípio da moralidade administrativa, igualmente insculpido no artigo 19, *caput*, da Carta Estadual, na medida em que resta claro ser possível à Administração contratar seus apaniguados;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

tanto isso pode ser verdade que desde 1995 essa prática vem sendo reiterada, sem que se tenha notícia da efetiva realização de concurso público.

No julgamento do Mandado de Segurança nº 70001510262 (doc. de fls. 22/31), o eminente Desembargador ARAKEN DE ASSIS, apreciando leis idênticas à ora em comento, concluiu pela sua inconstitucionalidade, nos seguintes termos:

*"É flagrante a inconstitucionalidade de todos esses diplomas, porque o disposto no art. 37, inc. IX, da Constituição, ou seja, contratação temporária, é para atender a situações emergenciais, não às necessidades permanentes da Administração Pública em determinado local.*

*Pela profissão das impetrantes, verifica-se, à toda a evidência, que há uma necessidade permanente do Hospital da Brigada Militar de nutricionista, assistente social, psicóloga, enfermeira, o que, de resto, e denotado pelas sucessivas leis inconstitucionais, que permitiriam a prorrogação desses contratos." (fls. 29/30)*

Por tudo que foi expandido, afirma-se que a Lei Estadual nº 11.898, de 08 de abril de 2003, padece do vício de inconstitucionalidade material, por flagrante afronta aos artigos 19, *caput* e inciso IV, e 20, *caput*, da Constituição do Estado.

### III – Da liminar:

Há necessidade, outrossim, da suspensão liminar dos efeitos do ato normativo atacado.

O *fumus boni juris* encontra-se presente na medida em que, da simples leitura da norma estadual, verifica-se claramente a quebra dos princípios constitucionais prefalados, com afronta às regras que estabelecem a excepcionalidade da contratação para o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

emprego público, bem como por violação aos princípios do concurso público, impessoalidade e moralidade administrativa.

Por outro lado, o *periculum in mora* revela-se igualmente ocorrente, porquanto tudo leva a crer que o costume de prorrogar os contratos "emergenciais" através da edição de sucessivas leis será mantido, com prejuízos à Administração Pública e aos próprios cidadãos que têm direito de disputar os cargos públicos mediante concurso, o qual, a perdurar a situação atual, nunca será realizado.

Sobre o assunto, vale registrar aresto da Suprema Corte, que sinaliza os critérios valorativos para a concessão de medida cautelar:

*"A concessão, ou não, de liminar em ação direta de inconstitucionalidade, faz-se considerados dois aspectos principais - o sinal do bom direito e o risco de manter-se com plena eficácia o ato normativo. Este último desdobra-se a ponto de ensejar o exame sob o ângulo da conveniência da concessão da liminar, perquirindo-se os aspectos em questão para definir-se aquele que mais se aproxima do bem comum." (STF, RDA 191/211).*

Sendo assim, estão plenamente presentes os pressupostos necessários à concessão da liminar, devendo ser determinada a suspensão da eficácia da lei em questão.

#### **IV – Do pedido:**

**Ante o exposto**, requer o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, recebida e autuada esta, o seguinte:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

- a) concessão de liminar, para sustar os efeitos da Lei Estadual nº 11.898, de 08 de abril de 2003;
- b) notificação das autoridades responsáveis pela edição do texto combatido para que, querendo, prestem informações no prazo legal;
- c) a citação do Procurador-Geral do Estado, para que ofereça a defesa da norma, na forma do artigo 95, § 4º, da Constituição Estadual; e
- d) seja julgado integralmente **procedente** o pedido, para que se declare a inconstitucionalidade da Lei nº 11.898/2003, por afronta aos artigos 19, **caput** e IV, e 20, **caput**, da Constituição Estadual.

Porto Alegre, 29 de outubro de 2003.

**ANTONIO CARLOS DE AVELAR BASTOS,**

Procurador-Geral de Justiça,

em exercício.

IDA/BHJ/ARG

SUBJUR 11075/03





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

015376-09.00/03-2



015376-09.00/03-2

DATA: 29 AGO. 2003

SPI 15376-09.00/03-2  
ORIGEM: PORTO ALEGRE  
NOME: PROC DE JUST DEFESA DO PATRIMONIO PU  
          BILCO  
ASSUNTO: 0507 - LET  
INCONSTITUCIONALIDADE - INCONSTITUCIONALIDADE  
CEP 90000 - PORTO ALEGRE



De ordem, à douta Assessoria Jurídica.  
Em 28 de agosto de 2003

*Julia Ilene Martins,*  
Procuradora de Justiça, Chefe de Gabinete

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

2

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

OF. PP/1461/03  
Exp. 491E02

Porto Alegre, 26 de agosto de 2003.

Senhor Procurador-Geral:

Ao cumprimentá-lo, encaminho-lhe as cópias das folhas de nº 408/422 (legislação estadual e ficha de registro de uma contratada temporária), 748/750 (informação do Hospital da Brigada Militar no sentido de que serão renovados os contratos emergenciais) e 787/796 (acórdão do Tribunal de Justiça em que são lançadas dúvidas acerca da constitucionalidade das leis que versam sobre contratações emergenciais), para os fins de análise do cabimento de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a legislação estadual que, de forma constante e ininterrupta, vem prorrogando contratos emergenciais e temporários, a ponto de um grupo de contratados ter completado mais de 10 anos na condição de contratados temporários.

Cogita-se de violação à regra constitucional do acesso a cargo público somente mediante concurso público e tem-se em vista que, consoante reiterada jurisprudência, "a ação civil pública não substitui a ação direta de inconstitucionalidade, objetivando declaração de inconstitucionalidade de lei municipal, nem mesmo para declaração incidental" (Recurso Especial nº 139471/GO, Segunda Turma do STJ) e "não se admite ação que se intitula ação civil pública, mas, como decorre do pedido, é, em realidade, verdadeira ação direta de inconstitucionalidade de atos normativos municipais em face da Constituição Federal, ação essa admitida pela

Ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Bandeira Pereira  
DD. Procurador-Geral de Justiça  
Praça Marechal Deodoro, nº 110  
Nesta Capital

Subprocuradoria-Geral de Justiça

Para Assuntos Jurídicos  
Assessoria Jurídica

RECEBIDO

Em 28/08/03  
às 11 h 00 min

Por: *[assinatura]*

Rua Andrade Neves, 9 - Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-210  
Telefone: 0XX 51 3288-8203 - Fax: 3288-8207  
[patrimoniopublico@mp.rs.gov.br](mailto:patrimoniopublico@mp.rs.gov.br)

PROCURADORIA GERAL  
DE JUSTIÇA

27 AGO. 2003

RECEBIDO

Por: *[assinatura]*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

Carta Magna" (Agravio Regimental nº 189601/GO, 1ª Turma do STF), motivos pelos quais restaria prejudicada a atuação da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público.

Ademais, na forma disposta no art. 27 da Lei nº 9.868/99, "ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado", no que os efeitos concretos da legislação hospitalizada podem ser apreciados na ADIN.

Por oportuno, salienta-se que na hipótese de entendimento contrário (havendo matéria remanescente para ação civil pública – algum efeito concreto não atingido pela ADIN), solicita-se a devolução das peças à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público para os devidos fins.

Na oportunidade, apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Edes Ferreira dos Santos Cunha,  
Promotor de Justiça.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA  
BRIGADA MILITAR  
DEPARTAMENTO DE SAÚDE  
HBM/PA

CONTRATO EMERGENCIAL

LEI	TEMPO	PERIODO	DOE data	OBSERVAÇÃO
Nº 09.666, de 15/05/92	12 meses	15/05/92 a 15/05/93	15/05/92 (nº092)	Contratação
Nº 09.919, de 02/07/93	06 meses	16/05/93 a 16/11/93	05/07/93	Contratação
Nº 10.008, de 08/12/93	06 meses	17/11/93 a 16/05/94	09/12/93 (nº233)	Contratação
Nº 10.190, de 27/05/94	10 meses	17/05/94 a 16/03/95	30/05/94 (nº101)	Contratação
Nº 10.561, de 19/10/95	12 meses	17/03/95 a 16/03/96	20/10/95	Contratação
Nº 11.238, de 27/11/98	03 anos e 04 meses	17/03/96 a 30/07/99	30/11/98 (nº227)	Prorrogação
Nº 11.374, de 24/09/99	06 meses	31/07/99 a 31/01/00	27/09/99 (nº186)	Prorrogação
Nº 11.516, de 13/07/00	01 ano e 02 meses	01/02/00 a 31/03/01	14/07/00 nº133)	Prorrogação
Nº 11.699, de 11/12/01	01 ano e 06 meses	01/04/01 a 30/09/02	12/12/01 (nº236)	Prorrogação

Até março/2004

Nº 11.898

Promotoria de Justiça do  
Distrito do Patrimônio Público  
408

b) 02 (duas) funções gratificadas de Assessor Técnico de Saúde II,

c) 05 (cinco) funções gratificadas de Assessor Técnico de Saúde I,

§ 1º - Aplicam-se e acrescentam-se nas disposições da alínea "a" do inciso IV da Resolução nº 2.718, de 22 de dezembro de 1997, e alterações, o cargo criado pela Lei nº 11.516, de 13 de julho de 2000.

§ 2º - As funções gratificadas criadas pela alínea "a" e VI (seis) das funções gratificadas criadas pela alínea "b" do inciso IX deste artigo poderão ser providas inclusive por servidores públicos estaduais à disposição da Assembleia Legislativa, com exercício no Departamento de Recursos Humanos - Divisão de Saúde.

Art. 4º - Ficam criadas, no Quadro referido no artigo 1º desta Lei, 35 (trinta e cinco) funções gratificadas de Assessor Administrativo I, padrão FGPI-8, obedecendo às seguintes subdivisões:

- I - 05 (cinco) à Superintendência-Geral;
- II - 04 (quatro) à Superintendência Legislativa;
- III - 14 (quatorze) à Superintendência Administrativa e Financeira;
- IV - 03 (três) à Superintendência de Comunicação Social;
- V - 03 (três) à Procuradoria;
- VI - 02 (duas) à Segurança da Legislativa.

Art. 5º - Ficam criadas, no Quadro de Pessoal Efetivo da Assembleia Legislativa, instituído pela Lei nº 6.491, de 20 de dezembro de 1972, e reorganizado pela Lei nº 5.537, de 27 de janeiro de 1983, 15 (quinze) cargos isolados de Taquígrafo Parlamentar, Nível III, Classe D.

Art. 6º - As funções gratificadas de Diretor, padrão DGPI-7, e de Coordenador, padrão FGPI-14, poderão ser providas mediante a opção pela percepção do valor correspondente a 10% (dez por cento) a 5% (cinco por cento) do padrão DGPI-8, respectivamente, a título de gratificação por exercício de função, não incorporável para quaisquer fins.

§ 1º - A gratificação fixada pelo caput deste artigo não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens e poderá ser percebida cumulativamente com a vantagem estabelecida no artigo 102 da Lei Complementar nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994, e alterações.

§ 2º - Fica instituída Gratificação por exercício de função correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) do valor do padrão DGPI-8, no limite de até 5 (cinco) designações, que poderá ser atribuída a servidores do Quadro de Pessoal Permanente da Assembleia Legislativa para exercício de funções na Superintendência-Geral e no Gabinete de Assessoramento Estratégico, não incorporável para quaisquer fins, aplicando-se a mesma as disposições do § 1º deste artigo.

Art. 7º - Aos servidores de outras esferas da federação, bem como aos servidores não estáveis da Administração Direta e Indireta estadual, cedidos à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, poderá ser atribuída gratificação de confiança no valor igual à função gratificada correspondente ao cargo em comissão a, se cabível, a respectiva gratificação de representação.

Parágrafo único - A atribuição referida no caput deste artigo acarretará o bloqueio do cargo em comissão e da função gratificada correspondente e impedirá a atribuição de nova gratificação decorrente da mesma função.

Art. 8º - Os proventos e pensões, bem como as incorporações de gratificações nos vencimentos em atividade, serão revisados com as correspondências resultantes de transformações e/ou alterações de designações efetivadas e fixadas por resoluções.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor a partir de 2 de janeiro de 2002.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 11 de dezembro de 2001.

OLIVIO DUTRA,  
Governador do Estado  
MIGUEL ROSSETTO,  
Governador do Estado em Exercício.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

Secretário de Estado da Fazenda.

Registre-se e publique-se.

Deputado Estadual FLÁVIO KOUTZII,  
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.

LEI Nº 11.509, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001.

Dispõe sobre a prorrogação dos contratos emergenciais previstos nas Leis nº 10.561, de 19 de outubro de 1995, nº 11.238, de 27 de novembro de 1998, nº 11.374, de 24 de setembro de 1999, e nº 11.516, de 13 de julho de 2000.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 32, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar, até 30 de setembro de 2002, os contratos realizados nos termos da Lei nº 10.561, de 19 de outubro de 1995, cujo prazo de vigência foram prorrogados pelas Leis nº 11.238, de 27 de novembro de 1998, e nº 11.374, de 24 de setembro de 1999, e nº 11.516, de 13 de julho de 2000.

§ 1º - Em caso de necessidade, os contratos decorrentes desta Lei poderão ser renovados por um período de 03 (três) meses.

§ 2º - No prazo referido no "caput" deste artigo, será realizado o concurso público de provas e títulos para fins de admissão de servidores nos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.

Art. 2º - No prazo de 30 (trinta) dias, contados após cada contratação, o Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado os seguintes dados:

- I - nome do servidor;
- II - função para a qual foi contratado;
- III - órgão e setor de lotação;
- IV - local onde exerce as atividades;
- V - função efetivamente desempenhada;
- VI - carga horária.

Art. 3º - Os contratos emergenciais não permitem o cômputo de pontos, como título, em concurso público.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos até 31 de março de 2001.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 11 de dezembro de 2001.

OLIVIO DUTRA,  
Governador do Estado  
MIGUEL ROSSETTO,  
Governador do Estado em Exercício.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

Secretário de Estado da Fazenda.

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

Registre-se e publique-se.

Deputado Estadual FLÁVIO KOUTZII,  
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.

DECRETO Nº 41.273, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001.

Declara hipótese oficial do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62, inciso V, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - É declarado hipótese oficial do Estado, no dia 9 de dezembro de 2001, o Sociólogo FLÁVIO ARNOLD SAMPAIO, de São Paulo/SP, quando participou, como conferencista, do Seminário Fé e Política.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto dizem respeito a transporte aéreo e custas da Secretaria-Geral do Governo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 11 de dezembro de 2001.

MIGUEL ROSSETTO,  
Governador do Estado em Exercício.

Registre-se e publique-se.

Deputado Estadual FLÁVIO KOUTZII,  
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da prerrogativa que lhe confere o artigo 37, inciso XXI e § 4º, da Constituição Estadual, delega competência ao Secretário de Estado da Justiça e da Segurança para celebrar Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul, com a intervenção da Secretaria da Justiça e da Segurança, e o Estado de Santa Catarina, com a intervenção da Secretaria da Segurança Pública, visando a desenvolver o intercâmbio de informações entre os Departamentos de Inteligência e Assuntos Estratégicos dos Estados convenentes, objetivando o cruzamento de dados de indivíduos que possuem incidência criminal.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 11 de dezembro de 2001.

MIGUEL ROSSETTO,  
Governador do Estado em Exercício.

Registre-se e publique-se.

Deputado Estadual FLÁVIO KOUTZII,  
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.



LEI Nº 11.514, DE 13 DE JULHO DE 2000.

Revoga a Lei nº 11.460, de 17 de abril de 2000.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.


SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sancionei e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 11.460, de 17 de abril de 2000.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 13 de julho de 2000.

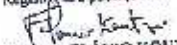
  
OLÍVIO DUTRA,  
Governador do Estado.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

Secretário de Estado da Fazenda.

Secretário de Estado dos Transportes.

Registre-se e publique-se.

  
Dep. Est. FLÁVIO KOUTZLI,  
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.

LEI Nº 11.515, DE 13 DE JULHO DE 2000.

Fica a remuneração por hora-aula devida aos oficiais e civis que exerçam magistério nas academias e escolas subordinadas à Secretaria da Justiça e da Segurança.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sancionei e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica fixada em R\$ 24,00 (vinte e quatro reais), a remuneração por hora-aula devida aos oficiais e civis que exerçam magistério nos cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização e atividades extracurriculares das academias e escolas que integram a estrutura operacional da Secretaria da Justiça e da Segurança.

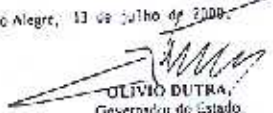
Parágrafo único - As instituições a que se refere o "caput" deste artigo são a Academia de Polícia Civil, a Academia de Polícia Militar e a Escola do Serviço Penitenciário.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de maio de 2000.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o artigo 9º da Lei nº 9.132, de 5 de outubro de 1990, e a Lei nº 10.634, de 24 de julho de 1996.

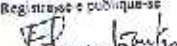
PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 13 de julho de 2000.

  
OLÍVIO DUTRA,  
Governador do Estado.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

Secretário de Estado da Fazenda.

Registre-se e publique-se.

  
Dep. Est. FLÁVIO KOUTZLI,  
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.

LEI Nº 11.516, DE 13 DE JULHO DE 2000.

Dispõe sobre a prorrogação dos contratos emergenciais previstos nas Leis nº 10.561, de 19 de outubro de 1995, nº 11.238, de 27 de novembro de 1998, e nº 11.374, de 24 de setembro de 1999.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sancionei e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar, até 31 de março de 2001, os contratos realizados nos termos da Lei nº 10.561, de 19 de outubro de 1995, cujos prazos de vigência foram prorrogados pelas Leis nº 11.238, de 27 de novembro de 1998 e nº 11.374, de 24 de setembro de 1999.

§ 1º - Em caso de necessidade, os contratos decorrentes desta Lei poderão ser renovados por um período de 05 (cinco) meses.

§ 2º - No prazo referido no "caput" deste artigo será realizado concurso público de provas ou de provas e títulos para fins de admissão de servidores nos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.

Art. 2º - No prazo de 30 (trinta) dias, contados após ends contratação, o Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, os seguintes dados:


- nome do servidor;
- função para a qual foi contratado;
- orgão e setor de lotação;
- local onde exerce as atividades;
- função efetivamente desempenhada; e
- carga horária.

Art. 3º - Os contratos emergenciais não permitem o cômputo de pontos, como título, em concurso público.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos até 31 de janeiro de 2000.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 13 de julho de 2000.

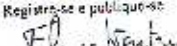
  
OLÍVIO DUTRA,  
Governador do Estado.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

Secretário de Estado da Fazenda.

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

Registre-se e publique-se.

  
Dep. Est. FLÁVIO KOUTZLI,  
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.

OFGG/SUL - 237

Porto Alegre, 13 de julho de 2000.

## VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 09/2000

Senhor Presidente:

Dirija-me a Vossa Excelência com a finalidade de comunicar que, utilizando-me da prerrogativa prevista nos artigos 66, §§ 1º e 2º, e 82, inciso VI, da Constituição do Estado, decido vetar na íntegra o Projeto de Lei nº 09/2000 de autoria do Deputado Cláudio Cherini, aprovado na Sessão Plenária de 13 de junho do corrente ano dessa egrégia Casa.

A proposição legislativa objetiva modificar a redação dos artigos 10, 12, 23 e 24 da Lei nº 5.211, de 5 de janeiro de 1955, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos do Estado do Rio Grande do Sul, com o propósito de alterar estes dispositivos por serem hoje considerados defasados e incompatíveis com os princípios democráticos inseridos na Carta Federal, que propõem uma cidadania ativa, participativa, fiscalizadora, punição e crítica.

Embora se possa reconhecer os nobres propósitos que motivaram a iniciativa parlamentar, profundamente a intenção de tornar os símbolos do nosso Estado devidamente conhecidos e consequentemente respeitados pelos cidadãos, saliento que a lei ordinária somente será dotada de positividade enquanto mantiver consistência com as normas legais e constitucionais e que o dever que assumi de resguardar tais comandos me impede de aceitar e mediar.

A proposição visa a ampliar a exposição dos símbolos do Estado como forma de enaltecer o patriotismo gaúcho e símbolos connotados, especialmente no que tange à Bandeira do Rio Grande do Sul, possibilitando o seu hasteamento permanente em estabelecimentos de ensino públicos e privados, em entidades esportivas, recreativas, sociais e culturais, em competições esportivas e eventos, vedada a sua utilização como símbolo de entidades políticas.

O projeto também oportuniza a utilização da Bandeira em rótulos e invólucros de produtos expostos à venda, prevendo-se multa se a reprodução da Bandeira não atender ao disposto nos artigos 4º a 9º da referida lei.

No que refere à iniciativa de legislar sobre a matéria, a questão pode ter início no Parlamento em vista de seu conteúdo e representatividade democrática pluri do Poder Legislativo.

Cabe lembrar que sobre o tema do hasteamento da Bandeira do Estado nas dependências do estabelecimento de ensino, o Decreto nº 90.012, de 31 de dezembro de 1980, que fixa as normas do Cerimonial Público Estadual, trata da matéria em seu Anexo, no Título II, Seção III, igualmente, o artigo 13 da Lei nº 5.204/66 refere as formas de hasteamento da Bandeira em ocasiões diversas, que não sejam festivas, de gala ou de luto oficial.





IMPRESSO

PORTE PAGO  
DR/RS  
ISR - 49 - 422/81

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO LVIII

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1999

Nº 186

## GOVERNO DO ESTADO

DE 24 DE SETEMBRO DE 1999.

Dispõe sobre a prorrogação dos contratos emergenciais previstos nas Leis nº 10.561, de 19 de outubro de 1995 e nº 11.238, de 27 de novembro de 1998.

DO SUL.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE

Faz saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sancionei e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizando a prorrogar, até 31 de janeiro de 2000, os contratos realizados nos termos da Lei nº 10.561, de 19 de outubro de 1995, cujos prazos de vigência foram prorrogados pela Lei nº 11.238, de 27 de novembro de 1998.

§ 1º - Em caso de necessidade, os contratos decorrentes desta Lei poderão ser renovados por um período de 06 (seis) meses.

§ 2º - No prazo referido no "caput", será realizado concurso público de provas ou de provas e títulos para fins de admissão de servidores nos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e de Santa Maria.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de julho de 1999.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 24 de setembro de 1999.

OLÍVIO DUTRA,  
Governador do Estado.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança

Secretário de Estado da Fazenda

Registre-se e publique-se.

Dep. Est. FLÁVIO KOUTZIL,  
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.

DECRETO Nº 39.735, DE 24 DE SETEMBRO DE 1999.

Abrir créditos suplementares no Orçamento do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE

DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, e de acordo com a Lei nº 11.362, de 29 de julho de 1999,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos no Orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), com a seguinte classificação orçamentária:

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	
0501 04070212.254 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.000,00
TESOURO LIVRES	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	240.000,00
TESOURO LIVRE	
INVESTIMENTOS	180.000,00
TESOURO LIVRES	
TOTAL	720.000,00

Art. 2º - Os créditos a que se refere o artigo anterior serão cobertos pela previsão de excessão da arrecadação de receitas correntes do Estado para o presente exercício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 24 de setembro de 1999.

OLÍVIO DUTRA,  
Governador do Estado.

Secretário de Estado da Fazenda

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança

Secretário de Estado do Meio Ambiente

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Registre-se e publique-se.

Dep. Est. FLÁVIO KOUTZIL,  
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.

Atos do Governador	01
Ministério Público	02
Defensoria Pública do Estado	02
Procuradoria-Geral do Estado	03
Assembleia Legislativa	03
Secretaria da Fazenda	03
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos	05
Secretaria da Justiça e da Segurança	23
Secretaria da Educação	24
Secretaria das Obras Públicas e Saneamento	25

Secretaria da Saúde	25
Secretaria da Coordenação e Planejamento	27
Secretaria do Meio Ambiente	27
Secretaria dos Transportes	27
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social	27
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	27
Tribunal de Contas	27
Repatrições Municipais	31
Central de Licitações - CBLIC	32





IMPRESSO

PORTE PAGO  
DR/RS  
ISR - 49 - 422/81

# DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Postado em  
30/11/98

ANO LVII

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1998

Nº 227



## GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº 11.238, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

Retroage a data-base do reajuste concedido pela Lei nº 11.022, de 17 de outubro de 1997, com base na Lei nº 10.416, de 3 de julho de 1995.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

**Art. 1º** - Para efeitos do que dispõe o artigo 3º da Lei nº 10.416, de 3 de julho de 1995, o índice de reajuste de vencimentos, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 11.022, de 17 de outubro de 1997, retroage a 1º de outubro de 1995.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de novembro de 1998.

ANTÔNIO BRITTO,  
Governador do Estado.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

Secretário de Estado da Fazenda.

Registre-se e publique-se.

Dep. Fed. MENDES RIBEIRO FILHO,  
Secretário Extraordinário para  
Assuntos da Casa Civil.

LEI Nº 11.237, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

Retroage a data-base do reajuste concedido pela Lei nº 11.022, de 17 de outubro de 1997, com base na Lei nº 10.416, de 3 de julho de 1995.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

**Art. 1º** - Para efeitos do que dispõe o artigo 3º da Lei nº 10.416, de 3 de julho de 1995, o índice de reajuste de vencimentos, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 11.022, de 17 de outubro de 1997, retroage a 1º de outubro de 1995.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de novembro de 1998.

ANTÔNIO BRITTO,  
Governador do Estado.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

Secretário de Estado da Fazenda.

Registre-se e publique-se.

Dep. Fed. MENDES RIBEIRO FILHO,  
Secretário Extraordinário para  
Assuntos da Casa Civil.

LEI Nº 11.238, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

Dispõe sobre a prorrogação dos contratos emergenciais previstos na Lei nº 10.561, de 16 de outubro de 1995.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

**DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

**Art. 1º** - Pela a Poder Executivo autorizada a prorrogação até 30 de julho de 1999 os contratos realizados nos termos da Lei nº 10.561, de 16 de outubro de 1995.

**Parágrafo único** - No prazo de que trata o "caput" será realizado concurso público de provas e títulos para fins de admissão de servidores nos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e de Santa Maria.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 1996.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

### SUMÁRIO

página

Atos do Governador	01
Assembleia Legislativa	31
Secretaria da Fazenda	31
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos	34
Secretaria da Justiça e da Segurança	51
Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação	51
Secretaria da Educação	54
Secretaria da Ciência e Tecnologia	54
Secretaria da Agricultura e Abastecimento	55

### SUMÁRIO

página

Secretaria da Saúde e Meio Ambiente	55
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social	55
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	57
Secretaria dos Transportes	57
Tribunal de Contas	57
Repartições Federais	58
Repartições Municipais	58
Central de Licitações - CBLIC	60

4/12



PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de novembro de 1998.

ANTONIO BRITO,  
Governador do Estado.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança

Secretário de Estado da Fazenda.

Registre-se e publique-se.

Dep. Fed. MENDES RIBEIRO FILHO,  
Secretário Extraordinário para Assuntos  
da Casa Civil.

LEI Nº 11.239, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

Altera disposições da Lei nº 11.099, de  
22 de janeiro de 1998, e da Lei nº 8.109,  
de 19 de dezembro de 1985.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE

DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82,  
inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu  
sanctiono e promulgo a Lei seguinte:Art. 1º - Fica prorrogado até 31 de dezembro, no exercício  
de 1998, o prazo para a prestação da declaração prevista no inciso II do artigo 4º da Lei  
nº 11.099, de 22 de janeiro de 1998, que institui o Programa de Erradicação da Febre  
Aftosa no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.Art. 2º - O inciso II do artigo 4º da Lei nº 11.099, de 22  
de janeiro de 1998, que institui o Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado  
do Rio Grande do Sul, passa a ter a seguinte redação:"II) prestar declaração escrita ao órgão de  
fiscalização e defesa sanitária animal da Secretaria  
da Agricultura e Abastecimento, de sua  
circunscrição territorial, até o dia 30 de abril de  
cada ano, indicando todos os animais suscetíveis à  
febre aftosa que tenham em seu poder ou guarda na  
data da declaração."Art. 3º - Os incisos I a VI do artigo 13 da Lei nº 11.099,  
de 22 de janeiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:"I - multa de 4 (quatro) UFIRs por animal  
susceptível de febre aftosa existente na propriedade,  
no caso de infração ao inciso I do artigo 4º desta  
Lei;II - multa de 2% sobre o valor dos animais  
susceptíveis de febre aftosa não cadastrados, no caso  
de infração ao inciso II do artigo 4º desta Lei;III - multa de 2% sobre o valor dos animais  
vacinados, no caso de infração ao artigo 6º desta  
Lei;IV - multa de 2% sobre o valor dos animais não  
vacinados existentes na propriedade, no caso de  
infração ao inciso III do artigo 4º desta Lei;V - multa de 4% sobre o valor dos animais  
transportados ou conduzidos, no caso de infração  
ao artigo 7º desta Lei, imputada ao remeteiro dos  
animais;VI - multa de 6 (seis) UFIRs por animal presente  
no evento, no caso de infração ao artigo 11 desta  
Lei, imputável ao promotor do evento."Art. 4º - Ficam dispensadas a penalidade prevista no  
inciso II do artigo 13 da Lei nº 11.099, de 22 de janeiro de 1998, a partir de 31 de marçode 1998, e as obrigações acessórias decorrentes dos créditos tributários, constituídos ou  
não, relativas a fato gerador, ocorrido a partir de 30 de abril de 1998, previstas pelo  
desempimento no disposto no parágrafo 6º do artigo 6º da Lei nº 8.109, de 19 de  
dezembro de 1985, até a publicação desta Lei.Art. 5º - São introduzidas as seguintes alterações na Lei  
nº 11.099, de 22 de janeiro de 1998:

I - fica suprimido o parágrafo 4º do artigo 12;

II - é acrescentado, nos dois artigos, que serão os de  
números 19 e 20, renumerando-se os demais:"Art. 19 - I: instituído na Secretaria da Agricultura  
e Abastecimento o Fundo Especial "Fundo de  
Erradicação da Febre Aftosa", denominado  
FEFA-RS, cujos recursos são destinados à  
indenização dos microprodutores rurais  
proprietários de animais sacrificados nos termos do  
inciso IV do artigo 2º desta Lei.Parágrafo único - Consideram-se microprodutores,  
para os fins deste artigo, aqueles que:I - exploram parcela de terra em condição de  
proprietário, possessor, arrendatário ou parceria,  
atendendo, simultaneamente, os seguintes  
requisitos:a) que utilizem o trabalho direto e pessoal do  
produtor e sua família, sem concurso de empresa  
permanente, sendo permitido o recurso eventual à  
ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da  
atividade agrícola o exigir;b) que não detenham, a qualquer título, área  
superior a quatro módulos fiscais, quantificados na  
legislação em vigor;c) que residam na propriedade ou em  
aglomeramento urbano próximo;d) que produzam saídas de mercadorias, em cada  
ano-calendário, cujo valor total não seja superior  
ao de 10.000 (dez mil) UFIRs.Art. 20 - O Fundo será constituído por dotações  
orçamentárias e mais os seguintes recursos:a) as receitas provenientes das multas previstas no  
artigo 13 desta Lei;b) as receitas provenientes das taxas constituídas  
pela Lei nº 8.109, de 19 de dezembro de 1985, e  
suas alterações, cujo fato gerador seja a emissão da  
Guia de Transito de Animais (GTA), e vigilância  
sanitária em leilões ou centros e a promoção,  
controle, inspeção, fiscalização e/ou vigilância  
epidemiológica visando a erradicação da febre  
aftosa."Art. 6º - Na Lei nº 8.109, de 19 de dezembro de 1985, a  
alínea "a" do parágrafo 6º do artigo 6º passa a vigorar com a seguinte redação:"a) até o dia 31 de dezembro, quando relativo ao  
exercício de 1998;"Art. 7º - O item 12 do Título II da Tabela de incidência  
anexa à Lei nº 8.109, de 19 de dezembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte  
redação:"12 - Promoção, controle, inspeção, fiscalização  
e/ou vigilância epidemiológica visando a  
erradicação da febre aftosa, por animal, quando  
superior a 20 bovinos em banianos, e 80 suínos,  
porcos ou caprinos, suscetível a doença, mantidos  
em propriedade localizada no Estado, no dia 30 de  
abril de cada ano."

I - bovinos em banianos 0,13

II - suínos, porcos ou caprinos 0,13"

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de novembro de 1998.

ANTONIO BRITO,  
Governador do Estado.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança

Secretário de Estado da Fazenda

Secretário de Estado da Agricultura e  
Abastecimento

Registre-se e publique-se.

Dep. Fed. MENDES RIBEIRO FILHO,  
Secretário Extraordinário para Assuntos  
da Casa Civil.companhia rio-grandense  
de artes gráficasRua Cel. Aparício Borges, 2199 - (051) 339-4242  
Endereço Telegráfico: CORAG - FAX (051) 336-6912  
Rua Caldas Júnior, 261 - Fone: (051) 221-3516

EDITORA DO DIÁRIO OFICIAL

GIL SOARES ALMEIDA

Diretor-Presidente

LUIZ C. B. SCAVONI  
Dir. Administrativo/FinanceiroROBERTO HAMMERLE  
Dir. Industrial



LEI Nº 10.562, DE 19 DE OUTUBRO DE 1995.

Autoriza o Poder Executivo a contratar, em caráter emergencial, por tempo determinado, recursos humanos para os Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em caráter emergencial, pelo regime estatutário, no prazo improrrogável de (1) ano, nos termos do inciso IV do artigo 19 da Constituição do Estado, recursos humanos para exercerem atividades nos Hospitais da Brigada Militar, de Porto Alegre e Santa Maria, nas funções abaixo relacionadas.

I - HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE PORTO ALEGRE (HBM/PA):

1. Técnicos Científicos

a. Médicos Civis	08
- Intensivista	05
- Plantonista	01
- Psiquiatra	01
b. Farmacêutico Bioquímico	03
c. Enfermeira	22
d. Terapeuta Ocupacional	02
e. Psicólogo (Psicoterapia)	02
f. Assistente Social	02
g. Nutricionista	02
h. Técnico em Radiologia	02
i. Profissional da Câmara Escura RX	01

2. Auxiliares de Saúde

a. Auxiliar de Enfermagem	50
b. Auxiliar de Laboratório	03

3. Auxiliares Administrativos

a. Técnico Contábil	01
b. Técnico Estatístico	01

4. Serviços Complementares

a. Copista	08
b. Cozinheira	06
c. Auxiliar de Cozinha	02
d. Servente	11

II - HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE SANTA MARIA (HBM/SM):

1. Técnicos Científicos

a. Médico Plantonista	04
b. Médico Ambulatorial	03
c. Médico Radiologista	01
d. Farmacêutico-Bioquímico	01
e. Nutricionista	01
f. Enfermeira	02
g. Assistente Social	01
h. Psicólogo	01
i. Técnico em Radiologia	01

2. Auxiliares de Saúde

a. Auxiliar de Laboratório	01
b. Auxiliar de Enfermagem	10

3. Auxiliares Administrativos

a. Agente Administrativo Auxiliar	02
-----------------------------------	----

4. Serviços Complementares

a. Copista	01
b. Cozinheira	02
c. Auxiliar de Cozinha	01
d. Servente	05

Parágrafo 1º - Considera-se caráter emergencial para os efeitos desta Lei, a falta de recursos humanos nos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria, uma vez esgotadas todas as formas permissivas de admissão.

Parágrafo 2º - As contratações de que trata o "caput" deverão ser extintas à medida em que forem nomeados, para atuar nas mesmas localidades, candidatos aprovados em concurso público específico para provimento em cargos correspondentes, cujo edital de abertura deverá ser publicado no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da presente Lei.

Art. 2º - O recrutamento para o processo seletivo, visando a contratação de que trata o artigo 1º, far-se-á através do edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado, e contará obrigatoriamente:

- a) prazo, requisitos e local de inscrição;
- b) número de vagas a serem preenchidas em cada função nos Hospitais de Porto Alegre e Santa Maria;
- c) a habilitação exigida para cada função;
- d) relação de títulos;
- e) critério de desempate.

Parágrafo único - Deverá ser publicado em um jornal de grande circulação um extrato do edital, no qual será informado, entre outros itens necessários, a data do edital de inteiro teor publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 3º - O prazo para as inscrições não poderá ser inferior a 05 (cinco) dias úteis.

Art. 4º - Os servidores a serem admitidos deverão ter exercício exclusivamente nos Hospitais referidos no artigo 1º.

Art. 5º - A Brigada Militar publicará, no Diário Oficial do Estado, a relação dos servidores admitidos, cujo salário corresponderá ao dos servidores civis da mesma.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 1º de março de 1995.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 19 de outubro de 1995.

ANTONIO BRITO,  
Governador do Estado.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

Secretário de Estado da Fazenda.

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

Registre-se e publique-se.

NEILSON PROENÇA,  
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.

LEI Nº 10.562, DE 19 DE OUTUBRO DE 1995.

Autorização para parcelamento de dívidas fiscais federais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder parcelamento e dar garantias às dívidas fiscais federais, em prazos superiores a 12 (doze) meses e pelo prazo máximo estabelecido pelas leis federais.

Art. 2º - A garantia prevista no artigo 1º desta Lei, corresponderá às receitas transferidas pelo União, na forma do artigo 159, I, "a" e II, da Constituição Federal.

Parágrafo único - A garantia prevista no "caput", não poderá exceder ao valor mínimo exigido pela União para a garantia do parcelamento das dívidas mencionadas nesta Lei.



LEI Nº 10.186, DE 27 DE MAIO DE 1994

LEI Nº 10.186, DE 27 DE MAIO DE 1994

Diante sobre os vencimentos do Magistrado Público Estadual e das outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO

SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - O valor do vencimento básico dos cargos do Plano de Carreira do Magistrado Público Estadual e a tabela de vencimentos do Quadro Único do Magistrado Público do Estado, criado pela Lei nº 6.181, de 08 de Janeiro de 1971, em extinção, que serve de referência para os salários dos professores contratados e extranumerários, ficam reajustados em 105% (cento e cinco por cento), a partir de 1º de maio de 1994.

Art. 2º - A parcela autônoma referida no art. 2º da Lei nº 10.128, de 28 de março de 1994, fica igualmente reajustada em 105% (cento e cinco por cento), a partir de 1º de maio de 1994.

Parágrafo Único - A parcela autônoma de que trata o "caput" deste artigo passa a integrar a base de cálculo para a obtenção do valor das vantagens decorrentes do tempo de serviço.

Art. 3º - São arredondados para a unidade de cruzado real imediatamente superior, quando necessário, os valores resultantes da aplicação desta Lei.

Art. 4º - As disposições desta Lei são extensivas aos servidores contratados e extranumerários, bem como, aos inativos, pensionistas respectivos e pensões vitalícias.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1994.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de maio de 1994.

ALVARO PETRACO DA CUNHA  
Governador do Estado.

Gabriel Paoli Fadel  
Secretário de Estado da Justiça,  
do Trabalho e da Cidadania  
Orion Herber Cabral  
Secretário de Estado da Fazenda  
Nunzio Celina Casaberto Elzira  
Secretária de Estado da Educação  
Registra-se e publique-se.  
SÉRGIO JOSÉ PORTO,  
Chefe da Casa Civil.

LEI Nº 10.186, DE 27 DE MAIO DE 1994

Autoriza o Poder Executivo a contratar, em caráter emergencial, pelo regime estatutário, no prazo improrrogável de 10 (dez) meses, nos termos do inciso IV do artigo 15 da Constituição do Estado, recursos humanos para exercerem atividades nos Hospitais da Brigada Militar, de Porto Alegre e Santa Maria, nas funções abaixo relacionadas:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO

SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em caráter emergencial, pelo regime estatutário, no prazo improrrogável de 10 (dez) meses, nos termos do inciso IV do artigo 15 da Constituição do Estado, recursos humanos para exercerem atividades nos Hospitais da Brigada Militar, de Porto Alegre e Santa Maria, nas funções abaixo relacionadas:

1 - HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE PORTO ALEGRE (HBM/PA)

2. Técnicos Científicos	
a. Médicos Civis	09
- Internistas	05
- Plantonistas	01
- Psiquiatras	03
b. Farmacêuticos-Bioquímicos	21
c. Enfermeiros	07
d. Terapeutas Ocupacionais	02
e. Psicólogos (Psicoterapia)	02
f. Assistente Social	02
g. Nutricionistas	02

Art. 1º - O valor da parte básica dos vencimentos do Plano de Carreira do Magistrado Público Estadual e a tabela de vencimentos do Quadro Único do Magistrado Público do Estado, criado pela Lei nº 6.181, de 08 de Janeiro de 1971, em extinção, que serve de referência para os salários dos professores contratados e extranumerários, ficam reajustados em 105% (cento e cinco por cento), a partir de 1º de maio de 1994.

Art. 2º - São arredondados para a unidade de cruzado real imediatamente superior, quando necessário, os valores resultantes da aplicação desta Lei.

Art. 3º - As disposições desta Lei são extensivas aos servidores contratados e extranumerários, bem como, aos inativos, pensionistas respectivos e pensões vitalícias.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de maio de 1994.

ALVARO PETRACO DA CUNHA  
Governador do Estado.

Gabriel Paoli Fadel  
Secretário de Estado da Justiça,  
do Trabalho e da Cidadania  
Orion Herber Cabral  
Secretário de Estado da Fazenda  
Registra-se e publique-se.  
SÉRGIO JOSÉ PORTO,  
Chefe da Casa Civil.

LEI Nº 10.186, DE 27 DE MAIO DE 1994

Reajusta os vencimentos dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado, e das outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO

SUL. Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Os vencimentos básicos dos cargos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral do Estado ficam reajustados em 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de abril de 1994.

Art. 2º - As disposições desta Lei são extensivas aos servidores contratados, inativos e pensionistas.

Art. 3º - São arredondados para a unidade de cruzado real imediatamente superior, quando necessário, os valores resultantes da aplicação desta Lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de maio de 1994.

ALVARO PETRACO DA CUNHA  
Governador do Estado.

Gabriel Paoli Fadel  
Secretário de Estado da Justiça,  
do Trabalho e da Cidadania  
Orion Herber Cabral  
Secretário de Estado da Fazenda  
Registra-se e publique-se.  
SÉRGIO JOSÉ PORTO,  
Chefe da Casa Civil.



Companhia rio-grandense de artes gráficas

Rua Cel. Apácio Borges, 2199 - Fone (051) 336-6044

Endereço Telegráfico: CORAG - FAX (051) 336-6912

Rua Cidália Weller, 251 - Fone: (051) 221-3516

EDITORA DO DIÁRIO OFICIAL

ALVARO PETRACO DA CUNHA

Diretor-Presidente

JULIO CESAR CHAISE

JORGE CHIDEN

ROBERTO HAMMERLE

Dir. Administrativo

Dir. Administrativo

Dir. Industrial



2. Auxiliares de Saúde	56
a. Auxiliares de Enfermagem	108
b. Auxiliares de Laboratório	11
3. Auxiliares Administrativos	01
a. Técnico Contábil	01
b. Técnico Estatístico	01
4. Serviços Complementares	08
a. Copeliras	08
b. Cozinheiras	02
c. Auxiliares de Cozinha	20
d. Serventes	20

II - HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE SANTA MARTA (HBM/SM):

1. Técnicos Científicos	04
a. Médicos Plantonistas	03
b. Médicos Ambulatoriais	01
c. Médico Radiologista	01
d. Farmacêutico-Bioquímico	01
e. Nutricionista	02
f. Enfermeiras	01
g. Assistente Social	01
h. Psicólogo	01
i. Técnico em Radiologia	01
2. Auxiliares de Saúde	01
a. Auxiliar de Laboratório	10
b. Auxiliar de Enfermagem	10
3. Auxiliares Administrativos	02
- Agente Administrativo Auxiliar	02
4. Serviços Complementares	01
a. Copeliras	02
b. Cozinheiras	01
c. Auxiliar de Cozinha	01
d. Serventes	03

Parágrafo 1º - Considera-se caráter emergencial, para os efeitos desta Lei, a falta de recursos humanos nos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Marta, uma vez esgotadas todas as formas permissivas de admissão.

Parágrafo 2º - No decorrer do prazo fixado no "caput", deverá ser realizado concurso público para a composição do Quadro de Pessoal dos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Marta.

Parágrafo 3º - O salário a ser pago ao pessoal de que trata este artigo, será o correspondente ao dos servidores civis da Brigada Militar, pelo exercício das mesmas funções.

Art. 2º - As contratações de que trata esta Lei serão levadas a efeito pela Diretoria de Pessoal da Brigada Militar, que fará a publicação, no Diário Oficial do Estado, das efetuações na forma esboçada.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, a partir de 17 de maio de 1994.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALACIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de maio de 1994.

GABRIEL PAULI FADOL  
Secretário de Estado da Justiça,  
do Trabalho e da Cidadania

ORION HORTER CABRAL  
Secretário de Estado da Fazenda

Registre-se e publique-se.

SÉRGIO JOSÉ PORTO  
Chefe da Casa Civil.

LEI Nº 10.191. DE 27 DE MAIO DE 1994.

Autoriza o Poder Executivo a contratar, em caráter emergencial, por tempo determinado, recursos humanos para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em caráter emergencial, pelo prazo de seis meses, recursos humanos para exercer atividades na 1ª Delegacia Regional da Saúde, da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, para as funções constantes no Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único - Considera-se caráter emergencial, para os efeitos desta Lei, a falta de recursos humanos para atender a demanda, especificamente da população de baixa renda, após esgotadas todas as formas permissivas de admissão.

Art. 2º - A contratação de que trata o artigo 1º deverá ser precedida de uma seleção simplificada, à qual será dada a devida publicidade.

Parágrafo único - A partir da publicação desta Lei, a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente publicará Edital abrindo prazo aos interessados para inscrição e estabelecendo os critérios previstos no Edital, por uma comissão constituída:

a) por dois representantes da 1ª Delegacia Regional da Saúde;

b) por um representante da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente.

Art. 3º - V E T A D O

Art. 4º - A remuneração a ser paga ao pessoal contratado, na forma desta Lei, corresponderá a dos cargos equivalentes do Quadro Geral e do Quadro dos Funcionários Técnico-Científicos do Estado.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALACIO PIRATINI, em Porto Alegre, 27 de maio de 1994.

GABRIEL PAULI FADOL  
Secretário de Estado da Justiça,  
do Trabalho e da Cidadania

GILBERTO VIANESI BARBOSA  
Secretário de Estado da Saúde  
e do Meio Ambiente

ORION HORTER CABRAL  
Secretário de Estado da Fazenda

Registre-se e publique-se.

SÉRGIO JOSÉ PORTO  
Chefe da Casa Civil.

ANEXO ÚNICO

Nº	FUNÇÕES	EQUIVALÊNCIA SALARIAL
	a) Nível Superior	
07	Médico Clínico Geral	Classe A
05	Médico Pediatra	
03	Médico Ginecologista	
03	Médico Radiologista	
03	Odontólogos	
03	Enfermeiros	
	b) Nível Médio	
01	Agente Administrativo	Padrão 13
08	Técnico de Radiologia	Padrão 13
07	Auxiliar de Enfermagem	Padrão 10
07	Auxiliares de Serviços Complementares	Padrão 01

Notas: a) Classe "A" dos cargos de que trata a Lei nº 8.185/92.

b) Padrão fixado pela Lei nº 8.185/92.



IMPRESSO

PORTE PAGO  
DR/RS  
ISR - 49 - 422/81

# DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO LII

PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 1993

Nº 293

## GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº 10.008, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1993

Autoriza o Poder Executivo a contratar, em caráter emergencial, por tempo determinado, recursos humanos para os Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 92, inciso IV da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou, e eu sanciono e promulgo a lei seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em caráter emergencial, pelo regime estatutário, no prazo improrrogável de 6 (seis) meses, nos termos do inciso IV do artigo 19 da Constituição do Estado, recursos humanos para exercer atividades nos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria, nas funções abaixo relacionadas:

1 - HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE PORTO ALEGRE (HBM/PA):

### 1. Técnicos Científicos

- a. Médicos Civis:
  - Intensivistas.....08
  - Plantonistas.....05
  - Psiquiatras.....01
- b. Farmacêutico Bioquímico.....03
- c. Enfermeiras.....22
- d. Terapeuta Ocupacional.....02
- e. Psicólogo (Psicoterapia).....02
- f. Assistente Social.....02
- g. Nutricionistas.....02
- h. Técnico em Radiologia.....02
- i. Profissional de Câmara Escura RX.....01

### 2. Auxiliares de Saúde

- a. Auxiliar de Enfermagem.....05
- b. Auxiliar de Laboratório.....08

### 3. Auxiliares Administrativos

- a. Técnico Contábil.....01
- b. Técnico Estatístico.....01

### 4. Serviços Complementares

- a. Cozinheiras.....08
- b. Cozinheiras.....08
- c. Auxiliar de Cozinha.....02
- d. Serventes.....11

2 - HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE SANTA MARIA (HBM/SM):

### 1. Técnicos Científicos

- a. Médicos Plantonistas.....04
- b. Médicos Ambulatoriais.....03
- c. Médico Radiologista.....01
- d. Farmacêutico Bioquímico.....01
- e. Nutricionista.....01
- f. Enfermeiras.....02
- g. Assistente Social.....01
- h. Psicólogo.....01
- i. Técnico em Radiologia.....01

### 2. Auxiliares de Saúde

- a. Auxiliar de Laboratório.....01
- b. Auxiliar de Enfermagem.....10

### 3. Auxiliares Administrativos

- Agente Administrativo Aux. [?].....02

### 4. Serviços Complementares

- a. Cozinheiras.....02
- b. Cozinheiras.....02
- c. Auxiliar de Cozinha.....01
- d. Serventes.....05

Parágrafo 1º - Considera-se caráter emergencial, para os efeitos da presente lei, a falta de recursos humanos nos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria, uma vez esgotadas todas as formas permissivas de admissão.

Parágrafo 2º - No decorrer do prazo fixado no "caput", deverá ser realizado concurso público para a composição do Quadro de Pessoal dos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.

Parágrafo 3º - O salário a ser pago ao pessoal de que trata este artigo, será correspondente ao dos servidores civis da Brigada Militar, no exercício das mesmas funções.

Art. 2º - As contratações de que trata esta lei serão levadas a efeito pelo Diretor de Pessoal da Brigada Militar, que fará a publicação no Diário Oficial do Estado, das pretensões na forma aprovada.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor a partir de 17 de novembro de 1993.



Art. 82 - Revogam-se as disposições em contrário desta Lei no âmbito do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, em Porto Alegre, 06 de dezembro de 1993.

ALCEU COLLARES  
Governador do Estado

Genildo Nogueira da Gama  
Secretário de Estado da Justiça  
do Trabalho e da Cidadania

Orion Marter Cabral  
Secretário de Estado da Fazenda

Registre-se e publique-se.

SERGIO JOSE PORTO  
Chefe de Casa Civil.

LEI Nº 1020093 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1993.

Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos supramentares no Orçamento do Estado, relativos à Lei nº 8.978, de 08 de novembro de 1993.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento do Estado, crédito supramentares no montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros reais), sob a seguinte classificação orçamentária:

1201.02041782.148 - Manutenção da Coordenadoria-Geral de Políticas

4.3.2.3 - Equipamento e Material Permanente..... 30.000.000,00

Art. 2º - O crédito, a que se refere o artigo anterior, será coberto, em igual valor, pela redução da dotação 1202.1401031.129 - Criação de Postos de Trabalho, 3.2.2.3 - Transferências a Municípios.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento do Estado, crédito supramentares no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros reais), sob a seguinte classificação orçamentária:

000.11014002.085 - Contribuição de Outros Auxílios Financeiros

4.3.3 - Auxílios para Despesa de Capital..... 300.000.000,00

Art. 4º - O crédito, a que se refere o artigo anterior, será coberto, em igual valor, pela redução da dotação 0001.11014002.085 - Contribuição de Outros Auxílios Financeiros, 4.3.2.3 - Transferências a Municípios.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento do Estado, crédito supramentares no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros reais), sob a seguinte classificação orçamentária:

2201.07401831.704 - Contribuição ao Fundo de Desenvolvimento Social

4.3.3 - Contribuições a Fundos..... 300.000.000,00

Art. 6º - O crédito a que se refere o artigo anterior, será coberto, em igual valor, pela redução da dotação 2201.07401831.704 - Contribuição ao Fundo de Desenvolvimento Social, 4.3.1.3 - Contribuições a Fundos.

Art. 7º - Fica ratificada o artigo 22 da Lei nº 8.978, de 08 de novembro de 1993, passando a ser a seguinte a sua redação:

Art. 22 - Os créditos, a que se refere o artigo anterior, serão cobertos, em igual valor:

a) pela redução das seguintes dotações orçamentárias:

1601.11022491.381 - Implantação de Fazendas para Microempresas

4.3.2.2 - Transferências a Municípios..... 130.000.000,00

3201.03070212.854 - Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores não Relativas a Pessoal

3.1.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores..... 20.000.000,00

1701.08401101.421 - Fomento à Utilização de Fontes Alternativas de Energia

4.3.2.3 - Transferências a Municípios..... 650.000.000,00

1010.16855382.381 - Contribuição ao OAES - Para Construção de Rodovias

3.2.1.1 - Transferências Operacionais..... 1.200.000.000,00

2203.08549901.588 - Implantação do Programa Estadual de Irrigação

4.3.1.3 - Contribuições a Fundos..... 950.000.000,00

2.950.000.000,00

b) pela maior arrecadação prevista para o corrente exercício, proveniente da receita do Fundo de Garantia de Liquidação dos Títulos da Dívida Pública Estadual, 13.500.000.000,00

10.350.000.000,00

Art. 82 - Aplica-se aos artigos 1º, 3º e 5º o disposto no artigo 30 da Lei nº 9.773, de 10 de setembro de 1992.

Art. 83 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de dezembro de 1993.

ALCEU COLLARES  
Governador do Estado

Genildo Nogueira da Gama  
Secretário de Estado da Justiça  
do Trabalho e da Cidadania

Orion Marter Cabral  
Secretário de Estado da Fazenda

Registre-se e publique-se.

SERGIO JOSE PORTO  
Chefe de Casa Civil.

CASA MILITAR

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

DECRETO Nº 35.001, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1993.

Homologa a Situação de Emergência em municípios do Rio Grande do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, item V, da Constituição do Estado e de conformidade com o artigo 5º, parágrafo 8º, do decreto nº 32.498, de 15 de fevereiro de 1987, e:

Considerando o forte vendaval seguido de precipitação pluviométrica ocorrido no dia 16 de novembro de 1993, provocando prejuízos e, consequentemente, graves problemas sociais;

Considerando os graves prejuízos causados a população, deixando diversas famílias desalojadas, sendo em risco sua integridade, causando danos, destruindo e desalojando residências; acarretando despesas urgentes e inadiáveis, além da capacidade econômica financeira do município;

Considerando a postulação do Coordenador Estadual de Defesa Civil em atender o apelo do Prefeito Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - É homologada a declaração de Situação de Emergência, pelo prazo de duração de um mês, no município de CARAZINHO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI em Porto Alegre, 06/12/93

ALCEU COLLARES  
Governador do Estado

Registre-se e publique-se

ARTUR ROQUE DE OLIVEIRA  
Cel - Chefe de Casa Militar  
Coordenador Estadual de Defesa Civil



companhia rio-grandense de artes gráficas

Rua Cel. Aparício Borges, 2199 - Fone (051) 336-6044  
Endereço Telegráfico: CORAG - FAX (051) 336-6912  
Rua Caldas Júnior, 261 - Fone: (051) 221-3516

EDITORA DO DIÁRIO OFICIAL

ALVARO PETRACÓ DA CUNHA  
Diretor-Presidente

JULIO CESAR CHAISE  
Dir. Financeiro

JORGE CHIDEN  
Dir. Administrativo

ROBERTO HAMMERLE  
Dir. Industrial



- Nutri...ista...01
- Enferm...as...02
- Assistente Social...01
- Auxiliar de Laboratório...10
- Auxiliar de Enfermagem...10
- Agente Administrativo auxiliar...02

L E I Nº 9.919, DE 02 DE JULHO DE 1993

419

Parágrafo 1º - Considera-se caráter emergencial, para os efeitos da presente Lei, a falta de recursos humanos nos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria, uma vez esgotadas todas as formas permissivas de admissão.

Autoriza o Poder Executivo a contratar, em caráter emergencial, por tempo determinado, recursos humanos para os hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.

Parágrafo 2º - No decorrer do prazo fixado no caput, deverá ser realizado concurso público para a composição do Quadro de Pessoal dos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em caráter emergencial, pelo regime estatutário, no prazo improrrogável de 8 (oito) meses, nos termos do inciso IV do art. 1º da Constituição do Estado, recursos humanos para exercer atividades nos hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria, nas funções abaixo relacionadas:

Parágrafo 3º - O salário a ser pago ao pessoal, de que trata este artigo, será o correspondente ao dos servidores civis da Brigada Militar, pelo exercício das mesmas funções.

1 - HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE PORTO ALEGRE

Art. 2º - As contratações de que trata esta Lei serão levadas a efeito, pela Diretoria de Pessoal da Brigada Militar, que fará a publicação, no Diário Oficial do Estado, das estatísticas na forma aprazada.

1. TECNICOS CIENTIFICOS

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

a. Médicos Civis

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de maio de 1993.

- Intenativistas...09  
- Plantonistas...05  
b. Farmacêuticos Bioquímicos...03  
c. Enfermeiros...22  
d. Terapeuta Ocupacional...02  
e. Psicólogo (Psiquiatria)...02  
f. Assistente Social...02  
g. Nutricionistas...02

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

2. AUXILIARES DE SAUDE

PALACIO PIRATINI, em Porto Alegre, 02 de julho de 1993.

3. AUXILIARES ADMINISTRATIVOS

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

a. Técnico Contábil...01  
b. Técnico Estatístico...01

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

4. SERVICOS COMPLEMENTARES

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

11 - HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE SANTA MARIA-HBM/SM

- Médicos Plantonistas...04  
- Médicos Ambulatoriais...03  
- Médico Radiologista...01  
- Farmacêuticos-Bioquímicos...01

a. Capatazes...05  
b. Cozinheiras...06  
c. Auxiliar de Cozinha...02  
d. Serventes...11

Geraldo Nogueira da Gama  
Secretário de Estado da Justiça,  
do Trabalho e da Cidadania

Procurador da Justiça do Estado  
Roberto de Oliveira

Orion Herter Gabriel  
Secretário de Estado da Fazenda

Registre-se e publique-se.

SEBASTIÃO JOSE PORTO.



II - Da Hospital da Brigada Militar de Santa Maria - BM/BN

NOME	FUNÇÃO	RE
FRANCISCO IVAN DA SILVA COSTA	Médico Plantonista	104 454.0
OSCAR DE MENDONÇA DA SILVA	Médico Plantonista	104 455.9
LAURO TAVARES	Médico Plantonista	104 456.7
OSVALDO DA SILVA MAYER	Médico Plantonista	104 457.5
RENATO TELES	Médico Radiologista	104 458.3
GRACIELE BEATRIZ AMARAL AITA	Médico Anestesiologista	104 460.5
JOSÉ DIRLEY LIMA FILHO	Médico Anestesiologista	104 461.3
BONFANTE APOLIA ROZZAZUATO	Farmacêutico Bioquímico	104 462.1
ELATON SANTOS R. MARTINS	Enfermeiro	104 463.0
THAYARA DIAS COSTA	Enfermeiro	104 464.8
RENATA RITA FREITAS ROEL	Enfermeiro	104 465.6
HELOISA HEJANA SOUZA	Assistente Social	104 466.4
HELENE CARLOS DE NOVAIS MESSIAS	Nutricionista	104 467.2
ANA TEREZINA DE OLIVEIRA VILASBO	Auxiliar de Enfermagem	104 525.3
AIDA MARQUES GONÇALVES	Auxiliar de Enfermagem	104 526.1
ELIANE MARIA DE OLIVEIRA TORRES	Auxiliar de Enfermagem	104 527.0
ENJA JOCELLA LOPES SERRA	Auxiliar de Enfermagem	104 528.8
ELIZABETH PEREIRA GODOY	Auxiliar de Enfermagem	104 529.6
LEONILDA MORE	Auxiliar de Enfermagem	104 531.8
MARISA DE FÁTIMA MARIN GONÇALVES	Auxiliar de Enfermagem	104 532.6
NEZA TEREZINA ROY DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	104 533.4
VERA LÚCIA GOMES PEREIRA	Auxiliar de Enfermagem	104 534.2
RUDI NARA AMARAL NUNES	Auxiliar de Enfermagem	104 535.0
ELIZETE VIEIRA LUTJOWSKY	Auxiliar de Enfermagem	104 536.8
ELIZABETH COSTA CÉSAR	Auxiliar de Enfermagem	104 537.6
JUSLENE FÁTIMA SOUZA MESQUITA	Auxiliar de Laboratório	104 538.4
CLÁUDIA SILVEIRA LARGUOS	Agente Administ. Auxiliar	104 539.2
ELIANE DE ÁVILA COLLESI	Agente Administ. Auxiliar	104 540.0
RODOLFO LAGO STREET	Copeiro	104 541.8
LISSIANE WALTERMANN MARQUES	Servente	104 542.6

III - Da Academia de Polícia Militar - AM

NOME	FUNÇÃO	R
ROBERTO LEAL KOLLER	Professor	100
OSVALDO ANASTÁCIO BRUNETTI	Professor	104
YARA TOSCA	Professor	106
MARGARETH ALVARADO VAREJO	Professor	109
SÉRGIO MARIAS FORTES	Professor	102
OSVALDO DA SILVA MUEL	Professor	102
ALDOANNE AMARAL DE ARAÚJO	Professor	103
JOÃO CARLOS OLIVA	Professor	103
LUIZ FERNANDO OLIVEIRA PEREIRA	Professor	104
IVANILDA APARECIDA DA SILVA	Professor	104
TÂNIA REGINA FACHO DE MENDONÇA	Professor	104
NÚDIA MYCOTI	Professor	104
RODOLFO LAGO STREET	Professor	104
JOSÉ MARIA NOAL	Professor	104
JUANES SANTINI	Professor	104
EDUARDO RAMOS DA SILVA	Professor	104
ANTONIO CARLOS OLIVEIRA PEREIRA	Professor	104
OSCAR DE VILALVA	Professor	104
MARIA APARECIDA FARIAS FELIZ	Professor	104
ELIAS BISCUY COSTA	Professor	104
JOSÉ HILÁRIO ALMEIDA BATISTO	Professor	104
LEONILDA MOREIRA SAMPAIO	Professor	201
OSVALDO FLÁVIO ALMEIDA	Professor	201

IV - Da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos - EAFS

NOME	FUNÇÃO	RE
OSCAR MARIA CORREIA	Professor	098 50
ELIA TEREZINA NASCIMENTO SERRA	Professor	098 60
SÔNIA TEREZINA FRANCO PEREIRA	Professor	098 60
TÂNIA MARIA FLORES DE OLIVEIRA	Professor	098 60
ROBERTO MARIN	Professor	104 57
CARLOS ROBERTO COITINHO	Professor	104 57
JURACI OCELA SOARES MORAIS	Professor	104 57
JAMES DOS SANTOS HORTON	Professor	098 57

Porto Alegre, 15 de maio de 1993.

VALDO LUIZ POLO PASQUIN  
Cel. Diretor de Pessoal

BRIGADA MILITAR  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
SEÇÃO DE CONTRATO Nº 013/93

O Estado do Rio Grande do Sul através da BRIGADA MILITAR, Diretoria de Apoio Logístico de acordo com o resultado da TOMADA DE PREÇOS Nº 112/93, firma contrato com a Empresa PLANICOM, Incorporações, Planejamento e Construção Ltda, para execução de uma Rampa de Acesso no Setor de Fisioterapia do Hospital da Brigada Militar, na Cidade de Santa Maria, com prazo de 40 (quarenta) dias, ao preço de R\$ 1.840,00 (quatrocentos e setenta e nove mil e oitocentos e quarenta mil cruzeiros), com reajuste de acordo com o Decreto Estadual 33.673/90, cuja despesa correrá por conta da dotação orçamentária U.O. 2801 - Prog/Atividade de 2576.

P. A. L. em Porto Alegre, 15 de maio de 1993.

VALDO LUIZ POLO PASQUIN  
Cel. Diretor de Pessoal

C-310336-22/7/Julho

BRIGADA MILITAR  
DIRETORIA DE PESSOAL  
BOLETIM Nº 07/93

Passeagem à Disposição e Dispensa de Militares

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de acordo com o processo BM/DP nº 23960-28.01/93.3, resolve dispensar de votar à disposição da Casa Militar, a contar de 24Jun93, o 2º Sgt VALDIR MATIAS DOS SANTOS, RE 11794.3. Em 24Jun93.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de acordo com o processo BM/DP nº 23972-28.01/93.3, resolve dispensar de votar à disposição da 8ª Circunscrição de Serviço Militar, a contar de 31Mai93, o 2º Sgt JOÃO BATISTA VELHO LUTRA, RE 10573.8. Em 24Jun93.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de acordo com o processo BM/DP nº 23973-28.01/93.3, resolve dispensar de votar à disposição da Prefeitura Municipal de Anjo, a contar de 14Jun93, o 3º Sgt REGINALDO ARAÚJO PEREIRA, RE 05489.1. Em 24Jun93.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de acordo com o processo BM/DP nº 23971-28.01/93.3, resolve passar à disposição da Secretaria da Fazenda com destino à Fiscalização do ICMS, a contar de 19Jun93, os Cb ANÍSELMO EDUARDO HENRI, RE 45267.9, e Cb SOARES DOS SANTOS, RE 45815.3, a contar de 28Mai93, o Cb DARCIO RODRIGUES BARBOSA, RE 27673.4, e dispensar de votar à disposição do mesmo órgão, a contar de 19Jun93, os Cb JEREMIAS MACHADO DE VARGAS, RE 29776.1, e MIGUEL VANDERLAN ANTUNES, RE 45465.6, a contar de 28Mai93, o Cb ALADI JOHANN, RE 33.994.0, todos do 7º BPM. Em 24Jun93.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de acordo com o processo BM/DP nº 23960-28.01/93.3, resolve dispensar de votar à disposição da Secretaria da Fazenda com destino à Fiscalização do ICMS, a contar de 10Mai93, o Cb JAIMI JOSÉ MARIN, RE 58955.6, do 7º BPM, a contar de 31Mai93, o Cb ANSELMO MARINONI EGGERL SAKOS, RE 19719.1, do 11º BPM, e a contar de 10Jun93, o Cb ARJ. RITTER, RE 84618.0, do 16º BPM. Em 24Jun93.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de acordo com o processo BM/DP nº 23963-28.01/93.3, resolve passar à disposição da Procuradoria Geral do Estado, como motorista, a contar de 10Mai93, o Cb LUIZ OTAVIO CORREIA DA ROCHA, RE 84264.5. Em 24Jun93.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições, de acordo com o processo BM/DP nº 23963-28.01/93.3, resolve passar à disposição da Secretaria da Fazenda com destino à Fiscalização do ICMS, a contar de 10Mai93, o Cb FRANCISCO ALVES DA SILVA, RE 27879.3, do 7º BPM, a contar de 31Mai93, o Cb NADIR DE SOUZA VILANOVA, RE 79646.5, do 11º BPM, e a contar de 12Mai93, o Cb GLENNY RUBENS PINHEIRO FOGLIARINI, RE 47356.1, do 15º BPM. Em 24Jun93.

Agrupação de Oficial

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições e de acordo com o processo BM/DP nº 23967-28.01/93.9, resolve colocar à disposição da Câmara dos Deputados, para exercer atividade de interesse público, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens do Cargo de Provedor efetivo que titular, e agregar ao Quadro de Oficiais da Polícia Militar, nos termos do artigo 4º, § 4º, da Constituição Federal e artigo 59, § 10, inciso III, alínea "a" da Lei nº 7136/78, nomeados com o artigo 7º, parágrafo único, da Lei nº 6126/71, o Maj GOMES JOÃO CÂNDIDO BRI-CHANTE NETO, RE 14946.3, do 9º BPM. Em 24Jun93.

ALCEU COLLARES  
GOVERNADOR DO ESTADO

VALDO LUIZ POLO PASQUIN  
Cel. Diretor de Pessoal

BRIGADA MILITAR  
DIRETORIA DE PESSOAL  
Boletim Nº 88/93

Ato de Bravura de Praça

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições e em vista de dispõem o artigo 68 da Lei nº 7136 de 30 de maio de 1978 e o artigo 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 30.618 de 30 de maio de 1962.

CONSIDERANDO a conduta de quem chegou o Conselho Especial de Defesa do Exército Brasileiro, aprovado no ato através do Boletim Geral nº 198 de 23 outubro de 1992.

CONSIDERANDO o parecer favorável da Comissão de Promoções e Mergulho da Brigada Militar, aprovado no ato através da Comissão realizada em 19 de maio de 1993.

CONSIDERANDO que no 30 de dezembro de 1990 o Cabo SIDNEY MELLO CRUZ e o Soldado LUIZ GONÇAGA FREITAS VAS, integravam a guarnição da viatura prefixo 926, em patrulhamento rodoviário na rodovia RS-118.

CONSIDERANDO que abordaram um latente, em razão de infração de trânsito, foram recebidos pela, inicialmente pelos ocupantes do referido veículo vindo gravemente o Cabo SIDNEY e provocando morte do Soldado GONÇAGA.

CONSIDERANDO que o Cabo SIDNEY, mesmo batido e em situação de tagem no momento, enfrentou seus agressores dando demonstração de sua invulgar coragem e espírito guerreiro.

CONSIDERANDO que em ato de bravura humano do Cabo SIDNEY, possível desenvolver uma operação policial militar, com plena vitória, que captou criminosos e resgatou os bens subtraídos patrimônio da Corporação.

CONSIDERANDO o espírito de renúncia, senso de cumprimento de dever, demonstrados e a experiência traumática vivida pelo Cabo SIDNEY, mereça que seja considerado indelével em sua bagagem existencial, na defesa da ordem e segurança públicas.

RESOLVE promover a graduação de 3º Sargento, por Ato de Bravura do Cabo OPM/1 OPM/1 SIDNEY MELLO DA CRUZ, 70599.1, pertencente ao Batalhão de Polícia Rodoviária da Brigada Militar, de acordo com o artigo 7º, substituído com o artigo





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DIÁRIO OFICIAL

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1992

Nº

GOVERNO DO ESTADO

3.566 DE 15 DE MAIO DE 1992.

Autoriza o Poder Executivo a contratar, em caráter emergencial, por tempo determinado, recursos humanos para os hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, item IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a contratar, em caráter emergencial, pelo regime estatutário, no prazo improrrogável de 12 (doze) meses, nos termos do inciso IV do art. 19 da Constituição do Estado, recursos humanos para exercer atividades nos hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria, nas funções abaixo relacionadas:

I - HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE PORTO ALEGRE

1. TÉCNICOS CIENTÍFICOS

- a. Médicos Civis
- Intensivistas ..... 09
- Plantonistas ..... 06
- b. Farmacêutico Bioquímico ..... 03
- c. Enfermeiras ..... 22
- d. Terapeuta Ocupacional ..... 02
- e. Psicólogo (Psiquiatria) ..... 02
- f. Assistente Social ..... 02
- g. Nutricionistas ..... 02

2. AUXILIARES DE SAÚDE

- a. Auxiliar de Enfermagem ..... 48
- b. Auxiliar de Laboratório ..... 08

3. AUXILIARES ADMINISTRATIVOS

- a. Técnico Contábil ..... 01
- b. Técnico Estatístico ..... 01

4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

- a. Copistas ..... 05
- b. Cozinheiras ..... 05
- c. Auxiliar de Cozinha ..... 02
- d. Serventes ..... 11

II - HOSPITAL DA BRIGADA MILITAR DE SANTA MARIA-HEM/SM

- Médicos Plantonistas ..... 04
- Médicos Ambulatoriais ..... 03
- Médico Radiologista ..... 01
- Farmacêutico-Bioquímico ..... 01
- Nutricionista ..... 01
- Enfermeiras ..... 02
- Assistente Social ..... 01
- Auxiliar de Laboratório ..... 01
- Auxiliar de Enfermagem ..... 10
- Agente Administrativo Auxiliar ..... 02

§ 1º - Considera-se caráter emergencial, para os efeitos da presente Lei, a falta de recursos humanos nos hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria, uma vez esgotadas todas as normas permissivas de admissão.

§ 2º - No decorrer do prazo fixado no caput, de verá ser realizado concurso público para a composição do Quadro de Pessoal dos Hospitais da Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.

§ 3º - O salário a ser pago ao pessoal, de que trata este artigo, será o correspondente ao dos respectivos cargos integrantes do Quadro Geral dos Funcionários Públicos do Estado e do Quadro dos Funcionários Técnico-Científicos do Estado.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, igualmente, em caráter emergencial, a contratar, pelo regime estatutário, no prazo improrrogável de 12 (doze) meses, 65 (sessenta e cinco) instrutores para os cursos da Academia de Polícia Militar e da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos, da Brigada Militar.

Parágrafo Único - O salário a ser pago ao pessoal, de que trata este artigo, será em forma de hora-aula, de acordo com o disposto no artigo 22 da Lei nº 6.196, de 15 de janeiro de 1971, e alterações.

Art. 3º - As contratações de que trata esta Lei serão levadas a efeito pela Diretoria de Pessoal da Brigada Militar, que fará a publicação, no Diário Oficial do Estado, das efetuações na forma aprazada.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 15 de maio de 1992.

*[Assinatura]*  
Governador do Estado

GERALDO NOGUEIRA DA CIMA  
Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e da Cidadania

ORION HERTER CABRAL  
Secretário de Estado da Fazenda

WALTER MELUCCI NIQUE  
Secretário de Estado do Planejamento e da Administração

Registre-se e publique-se.

Polício Braga  
Chefe de Casa Civil

421



950109806	950109806
-----------	-----------

## ALTERAÇÕES DE VENCIMENTOS

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

M E S E S	1994		1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.	1 <sup>er</sup> Jan.	2 <sup>da</sup> Jan.

COMISSÃO DE FINANÇAS E PROMOCÕES

[illegible]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA  
BRIGADA MILITAR  
DEPARTAMENTO DE SAÚDE - HBM/PA

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2003.

Of nº 078/Adj Adm/SSPC/03

Do Diretor Geral do HBM/PA  
A Exma. Sra. Promotora de Justiça  
Assunto: Informação  
Ref. Of. PP/0291/03, de 17/02/03  
Exp. 491E02

Anexo: 1. Cópia página nº 03, DOE nº 236 de  
12/12/01, publicação da Lei nº 11.699 de  
11/12/01

2. Cópia do e-mail do Gabinete do  
Cmt Geral, de 01/10/02

Ao cumprimentar cordialmente V. Sª, e em atenção ao Ofício em referência, informo que a servidora civil contratada emergencialmente **ROSÂNGELA DALLA LANA BARROSO** Matrícula 13934040, que ocupa o cargo de Enfermeira, permanece prestando serviços neste Hospital.

Outrossim, informo-lhe que a renovação do contrato emergencial encontra-se na Assembleia Legislativa, conforme Projeto-Lei nº 113/2003.



AYMORE ALBUQUERQUE DRUMMOND  
Ten Cel QOES Resp/Dir Geral HBM/PA

748





- b) 02 (duas) funções gratificadas de Assessor Técnico de Saúde II, padrão FGPI-15; e  
c) 04 (quatro) funções gratificadas de Assessor Técnico de Saúde I, padrão FGPI-9.

§ 1º - Aplica-se o acréscimo nas disposições da alínea "f" do artigo 10 da Resolução nº 2.719, de 22 de dezembro de 1997, e alterações, o cargo criado pela alínea "a" do inciso IV deste artigo.

§ 2º - As funções gratificadas criadas pela alínea "c" e 01 (uma) das funções gratificadas criadas pela alínea "b" do inciso IX deste artigo poderão ser providas inclusive por servidores públicos estaduais à disposição da Assembleia Legislativa, com exercício no Departamento de Recursos Humanos - Divisão de Saúde.

Art. 4º - Ficam criadas, no Quadro referido no artigo 1º desta Lei, 35 (trinta e cinco) funções gratificadas de Assessor Administrativo I, padrão FGPI-9, obedecendo as seguintes subordinações:

- I - 05 (cinco) à Superintendência-Geral;  
II - 06 (seis) à Superintendência Legislativa;  
III - 14 (quatorze) à Superintendência Administrativa e Financeira;  
IV - 03 (três) à Superintendência de Comunicação Social;  
V - 03 (três) à Procuradoria;  
VI - 02 (duas) à Segurança da Legislativa.

Art. 5º - Ficam criadas, no Quadro de Pessoal Efetivo da Assembleia Legislativa, instituído pela Lei nº 6.491, de 20 de dezembro de 1972, e reorganizado pela Lei nº 8.537, de 27 de janeiro de 1988, 15 (quinze) cargos isolados de Tipografia Parlamentar, Nível III, Classe D.

Art. 6º - As funções gratificadas de Diretor, padrão FGPI-7, e de Coordenador, padrão FGPI-14, poderão ser providas mediante a opção pela percepção do valor correspondente a 10% (dez por cento) e 3% (três por cento) do padrão FGPI-9, respectivamente, a título de gratificação por exercício de função, não incorporável para quaisquer fins.

§ 1º - A gratificação fixada pelo caput deste artigo não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens e poderá ser percebida cumulativamente com a vantagem estabelecida no artigo 103 da Lei Complementar nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994, e alterações.

§ 2º - Fica instituída Gratificação por exercício de função ponderada no percentual de 10% (dez por cento) do valor do padrão FGPI-9, no limite de uma (1) designação, que poderá ser atribuída a servidores do Quadro de Pessoal Permanente da Assembleia Legislativa para exercício de funções na Superintendência-Geral e no Gabinete de Assessoramento Estratégico, não incorporável para quaisquer fins, aplicando-se a mesma às disposições do § 1º deste artigo.

Art. 7º - Aos servidores de outras esferas da Federação, bem como servidores não efetivos da Administração Direta e Indireta estadual, cedidos à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, poderá ser atribuída gratificação de confiança em valor igual à função gratificada correspondente ao cargo em comissão e, no cabível, a respectiva gratificação de representação.

Parágrafo único - A atribuição referida no caput deste artigo acarretará o bloqueio de cargo em comissão e da função gratificada correspondente e impedirá a atribuição de nova gratificação decorrente da mesma função.

Art. 8º - Os proventos e pensões, bem como as incorporações de gratificações aos vencimentos na atividade, serão revisados com as correspondências resultantes de transformações e/ou alterações de denominações e/ou funções por resolução.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 2002.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO FIRATINI, em Porto Alegre, 11 de dezembro de 2001.

OLAVO DUTRA,  
Governador do Estado  
MIGUEL ROBERTO,  
Governador do Estado em exercício.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança,  
Secretário de Estado da Fazenda.

Registre-se e publique-se.  
Deputado Estadual FLÁVIO KOUTZII,  
Secretário Extraordinário para  
Assuntos da Casa Civil.

LEI Nº 11.699, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001.

Dispõe sobre a prorrogação dos contratos emergenciais previstos nas Leis nº 10.561, de 19 de outubro de 1995, nº 11.238, de 27 de novembro de 1998, nº 11.374, de 24 de setembro de 1999, e nº 11.516, de 13 de julho de 2000.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO

SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar, até 30 de dezembro de 2002, os contratos realizados nos termos da Lei nº 10.561, de 19 de outubro de 1995, cujos prazos de vigência foram prorrogados pelas Leis nº 11.238, de 27 de novembro de 1998, e nº 11.374, de 24 de setembro de 1999, e nº 11.516, de 13 de julho de 2000.

§ 1º - Em caso de necessidade, os contratos decorrentes desta Lei poderão ser renovados por um período de 03 (três) meses.

§ 2º - No prazo referido no "caput" deste artigo, o Poder Executivo convocará o concurso público de provas e títulos para fins de admissão de servidores nos Hospitais de Brigada Militar de Porto Alegre e Santa Maria.

Art. 2º - No prazo de 30 (trinta) dias, contados após cada contratação, o Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado as seguintes datas:

- I - nome do servidor;  
II - função para a qual foi contratado;  
III - órgão e setor de lotação;  
IV - local onde exercer as atividades;  
V - função efetivamente desempenhada;  
VI - carga horária.

Art. 3º - Os contratos emergenciais não permitem o cômputo de pontos, em um título, em concurso público.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando suas efeitos até 31 de março de 2001.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO FIRATINI, em Porto Alegre, 11 de dezembro de 2001.

OLAVO DUTRA,  
Governador do Estado  
MIGUEL ROBERTO,  
Governador do Estado em exercício.

Secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

Secretário de Estado da Fazenda.

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

Registre-se e publique-se.  
Deputado Estadual FLÁVIO KOUTZII,  
Secretário Extraordinário para  
Assuntos da Casa Civil.

DECRETO Nº 41.273, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001.

Declara hipótese oficial do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - É declarada hipótese oficial do Estado, no dia 9 de dezembro de 2001, o Sociólogo PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO, de São Paulo/SP, quando participou, como conferencista, do Seminário Fê e Política.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão a transporte aéreo e correio à conta da Secretaria-Geral do Governo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO FIRATINI, em Porto Alegre, 11 de dezembro de 2001.

MIGUEL ROBERTO,  
Governador do Estado em exercício.

Registre-se e publique-se.  
Deputado Estadual FLÁVIO KOUTZII,  
Secretário Extraordinário para  
Assuntos da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da prerrogativa que lhe confere o artigo 82, inciso XXI e § 1º, da Constituição Estadual, delega competência ao Secretário de Estado da Justiça e da Segurança para celebrar Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul, com a intervenção da Secretaria de Justiça e da Segurança, e o Estado de Santa Catarina, com a intervenção da Secretaria de Segurança Pública, visando a desenvolver o intercâmbio de informações entre os Departamentos de Inteligência e Assuntos Estratégicos dos Estados convenientes, objetivando o conhecimento de dados de indivíduos que possuam incidência criminal.

PALÁCIO FIRATINI, em Porto Alegre, 11 de dezembro de 2001.

MIGUEL ROBERTO,  
Governador do Estado em exercício.

Registre-se e publique-se.  
Deputado Estadual FLÁVIO KOUTZII,  
Secretário Extraordinário para  
Assuntos da Casa Civil.

749









JCBC  
70001510262  
2000/CÍVEL

MANDADO DE SEGURANÇA - CABIMENTO  
NA ESPÉCIE FACE A PROVA DOCUMENTAL  
ACOSTADA A AFASTAR A NECESSIDADE DE  
DILAÇÃO PROBATÓRIA - FUNDAMENTO DA  
AÇÃO MANDAMENTAL ENVOLVENDO TAM-  
BÉM MATÉRIA DE DIREITO - RECONHECI-  
MENTO DA COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE  
APONTADA COATORA PARA PRODUZIR O  
ATO DE DISPENSA - CONTRATOS DE  
EMERGÊNCIA - POSSIBILIDADE EM TESE  
DE DISPENSA SEM MOTIVAÇÃO - ALTERA-  
ÇÃO DA SITUAÇÃO QUANDO MOTIVADO O  
ATO COM ACUSAÇÃO DE PRÁTICA DE IR-  
REGULARIDADES ADMINISTRATIVAS -  
OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO DAS  
IMPETRANTES - CONCESSÃO PARCIAL DA  
SEGURANÇA PARA O FIM DE GARANTIR A  
APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCI-  
ONAIIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA  
DEFESA NAS SINDICÂNCIAS INSTAURADAS.  
Segurança concedida em parte.

-----

MANDADO DE SEGURANÇA  
Nº 70001510262

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS  
PORTO ALEGRE

MARIA REGINA ALMEIDA E  
OUTRAS,

IMPETRANTES;

EXMO. SR. SECRETÁRIO DE  
ESTADO EXTRAORDINÁRIO  
PARA ASSUNTOS DA CASA  
CIVIL,

COATOR.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.



MS 7001510262

Acordam os Desembargadores integrantes do 2º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em conceder em parte a segurança, de conformidade e pelos fundamentos constantes das notas taquigráficas, integrantes do presente acórdão.

Participaram do julgamento, além do signatário, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Tacl João Selistre (Presidente, sem voto), Araken de Assis, Vasco Della Giustina, Luiz Ari Azambuja Ramos, Perciano de C. Bertoluci, Wellington Pacheco Barros e Augusto Otávio Stern.

Porto Alegre, 22 de dezembro de 2000.

DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO,  
Relator.

## RELATÓRIO

O DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO (RELATOR) – Trata-se de mandado de segurança impetrado por MARIA REGINA ALMEIDA DA SILVA E OUTRAS contra ato do Sr. Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos da Casa Civil, que as dispensou das atividades que exerciam em virtude de contrato emergencial. Afirmaram que as sindicâncias instauradas não possuíam decisão definitiva quando da exoneração, e que não lhes foi oportunizada manifestação no processo nº 34247-1203/00-0, com base no qual foram dispensadas. Alegaram a falta de motivação do ato impetrado e, até mesmo, de assinatura, sendo contrário à decisão que prorrogava seus contratos até 31 de março de

788





MS 7001510262

2001. Postularam, liminarmente, a suspensão do ato impugnado, para que fossem reintegradas, com o pagamento do salário do mês de agosto a todas as impetrantes e, ao final, a concessão definitiva da segurança.

Recebidos os autos, foi postergada a apreciação do pedido de liminar para após a vinda aos autos das informações (fl. 659).

Apresentou informações a autoridade apontada como coatora, suscitando prefacial de extinção do processo sem julgamento do mérito, tendo em vista que as alegações das autoras dependem de produção de prova. No mérito, referiu que a contratação emergencial é situação atípica, voltada a suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo determinado e nos termos da lei. Pugnou pela extinção do feito ou pela denegação da ordem.

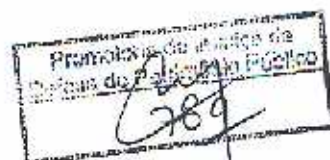
Sobreveio decisão que indeferiu a liminar e rejeitou a prefacial suscitada nas informações (fls. 672 e verso).

Com vista dos autos, o ilustre Procurador de Justiça Dr. José Barroco de Vasconcellos opinou pela concessão parcial da segurança, rejeitada a prefacial.

É o relatório.

## VOTO

O DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO (RELATOR) – Eminentes Colegas, inicialmente, acolho o parecer ministerial no sentido de ser indeferido o requerimento das impetrantes com relação à notificação de Lauro W. Magnago, na condição de Secretário de Estado da Justiça e da Segurança Substituto, por ser totalmente desnecessária a participação dessa autoridade no presente *mandamus*.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



MS 7001510262

Quanto à preliminar de extinção do Mandado de Segurança, é de ser indeferida pelas razões que alinhiei quando examinei o pedido de liminar, nesses termos:

*"Rejeito, por ora, a preliminar suscitada pela autoridade apontada coatora, nas informações, no sentido de ser extinto o processo sem julgamento de mérito, por dependerem as alegações das impetrantes de produção de prova, situação incompatível com a natureza do mandamus.*

*É que as requerentes não se restringem às alegações de perseguição e irregularidades nas sindicâncias realizadas, ainda que estabeleçam ilações entre elas e o ato impugnado.*

*Os fundamentos da ação mandamental se estendem à falta de exercício do direito de defesa, à ausência de motivação, à ilegalidade da dispensa face a retroatividade da Lei nº 11.516/2000, o que afasta, em um primeiro momento, a idéia de que apenas com a dilação probatória se poderia julgar o mérito da ação. Até porque, há farta prova documental acostada aos autos."*

No que diz respeito à incompetência da autoridade coatora para produzir o ato de dispensa, tal a alegação carece de consistência porque há a devida assinatura do D. Flávio Koutzii (fl. 535), tendo sido cumpridos os requisitos do art. 2º, inc. IV, do Decreto nº 36.374 de 27 de dezembro de 1995.

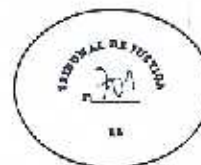
Com referência a alegada ausência de motivação do ato que dispensou as impetrantes, está incontroverso, como destaca o Ministério Público em seu parecer, pelos elementos probatórios acostados aos autos, que elas estavam contratadas emergencialmente para as funções que prestavam. Tem razão a autoridade coatora quando assinalava que poderia dispensá-las sumariamente, tendo em vista a natureza precária de que se reveste a contratação emergencial (informações, fl. 668).







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



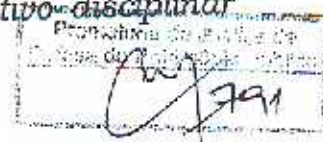
MS 7001510262

Reproduzo, a seguir, parte da fundamentação do parecer do ilustre Procurador de Justiça, Dr. José Barroco de Vasconcellos:

*"É certo que se a alegação da dispensa das impetrantes se restringisse a um critério subjetivo da administração pública, esteiada na inexistência da necessidade premente e imediata de recursos humanos, estaria afastada a viabilidade do remédio heróico. A autoridade coatora, em suas informações, afirma que valeu-se dos expedientes administrativos para dizer que a dispensa foi justa, chegando a mencionar a prática de atos irregulares quando do uso do cartão ponto e, até, o abandono do contrato emergencial por alguma das impetrantes (fl. 670).*

*"Ora, admitindo-se que em face dos contratos emergenciais, as impetrantes eram passíveis de demissão ad nutum, tal circunstância ficou alterada a partir do momento em que o detentor do Poder discricionário motivou o ato, tornando legítima a atuação do Poder Judiciário em analisar as causas enunciadas. Nesse sentido, RJTJRGs, 10/200. Não importa que as impetrantes detivessem cargos transitórios, estavam nomeadas para exercer e prestar serviços durante o período do contrato. Poderia acontecer, ao final deste, que fossem dispensadas, se a autoridade coatora dissesse que não haveria mais situação emergencial que tornasse necessária a utilização delas no exercício das atividades que desempenhavam. Resta indubitoso que as seis impetrantes foram dispensadas em face de verdadeira penalidade administrativa imposta para desinvesti-las das funções que desempenhavam.*

*"Ora, é consabido que não se aplica pena sem assegurar a prévia e ampla defesa, direito assegurado pela Constituição Federal. As impetrantes não possuíam estabilidade na função pública e poderiam ser dispensadas sem a realização de algum procedimento administrativo. Desde que, porém, a autoridade coatora partiu de um (ou mais) fatos, que constituíram faltas graves das servidoras de modo a justificar o seu afastamento, cabia-lhe a obrigação de instaurar - e proceder a - procedimento administrativo disciplinar*







MS 7001510262

*para apuração dos fatos a elas imputados. Não se pode através de acusações generalizadas, dispensar as seis servidoras sem lhes assegurar a plenitude de defesa. Ou seja: poderia ter havido a dispensa, se não mais persistissem as condições de necessidade que levaram a existência dos contratos de emergência. Isso estaria dentro do poder discricionário da autoridade coatora; mas, a partir do momento em que a imputação de faltas graves, praticadas pelas impetrantes foi a motivação de tal ato – como reconhecido nas informações da autoridade coatora (fl. 670) – constituindo-se em verdadeira pena disciplinar, necessária era a realização de procedimento disciplinar, assegurando-se prévia e ampla defesa.*

*“A documentação trazida aos autos, por si só, não demonstra que haja necessidade de dilação probatória, incompatível com o rito célere do mandado de segurança, apontando, isso sim, para uma conduta desordenada da Direção do Hospital da Brigada Militar, reavivando fatos nebulosos e ocorrências antigas para tentar envolver as ora impetrantes em situações de difícil defesa em virtude do confuso desenrolar da investigação. Traz a certeza de que houve ofensa ao direito líquido e certo das impetrantes de exercitarem o seu direito de defesa.”*

Isto posto, encaminho o voto no sentido de, rejeitadas as preliminares, conceder parcialmente o mandado de segurança, para o fim de garantir às impetrantes o cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nas sindicâncias instauradas na forma do art. 5º, inc. LV, da Constituição Federal, bem como seu retorno às atividades, até o fim do contrato, com percepção dos vencimentos a partir do ajuizamento da ação.

Custas em 50% para as impetrantes e a autoridade coatora, sem honorários face a matéria sumulada.

O DES. NELSON ANTONIO MONTEIRO PACHECO – Sr. Presidente,  
averbo meu impedimento.





MS 7001510262

O DES. PERCIANO DE CASTILHOS BERTOLUCI – De acordo com o Relator.

O DES. WELLINGTON PACHECO BARROS – Sr. Presidente, a regra na Administração Pública é a admissão por concurso público quando o regime a ser implantado é o estatutário.

Com a Emenda Constitucional nº 19, abriu-se o leque para possibilitar também ingresso por concurso no regime celetista, porque não existe, portanto, mais o regime jurídico único.

O art. 37, inc. IX, diz que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Por via de consequência, a Constituição determina que essa contratação se opere mediante lei e prazo determinado. A lei estabelece a forma, a quantidade de contratação dessa situação emergencial, portanto é uma forma *sui generis*.

Qual a relação entre esses “contratados” e a Administração Pública? Não é uma relação celetista; é uma relação estatutária.

Ora, não prevendo a lei emergencial, porque não poderia prever, mantendo as impetrantes um regime estatutário com o Estado, somente mediante o devido processo legal, enquanto perdurar o regime de contratação, deveriam elas ser demitidas.

Ocorre que o Secretário Extraordinário dispensou das atividades na plena vigência de um contrato “emergencial”, por via de consequência na plena existência de uma lei. Daí a ilegalidade.

Portanto, se não houve a prática caracterizada por parte das autoras de qualquer daqueles elementos que ensejasse a demissão, como de qualquer outro estatutário, e elas, embora excepcionalmente, são estatutárias, a ação do Sr. Secretário de Estado Extraordinário é abusiva porque não permitiu a existência de um devido pro-

*[Assinatura]*

*[Assinatura]* 793





MS 7001510262

cesso legal, portanto de um contraditório, portanto de uma ampla defesa.

Nesses termos, estou em acompanhar o voto do eminente Relator.

O DES. AUGUSTO OTÁVIO STERN - Tenho muitas dúvidas acerca da constitucionalidade das leis que versam sobre contratações emergenciais, pois visam elas burlar princípios fundamentais, especialmente aqueles ditados pela nova emenda constitucional, que trata dos empregos públicos.

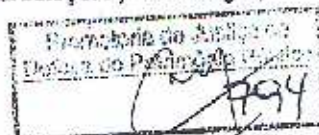
Os contratos emergenciais estabelecem um vínculo extraordinário porque são uma relação por tempo certo, admitindo sua ruptura.

Na espécie, todavia, houve imputação de fatos como a quebra de disciplina e foi instaurada sindicância, ou seja, abriu mão o Estado do seu poder discricionário, consubstanciado na conveniência e oportunidade de despedir as impetrantes. Instaurando sindicância, a elas deveria ser dado o mínimo que a Constituição prevê, a ampla defesa e o contraditório. Houve uma vinculação, o ato deixou de ser discricionário para ser vinculado.

Nesses termos, vou acompanhar o eminente Relator, deixando aqui assentada minha dúvida a respeito da constitucionalidade das próprias leis que autorizaram esses contratos emergenciais.

O DES. ARAKEN DE ASSIS - Sr. Presidente. O meu ponto de vista coincide com o do Des. Stern. Verifico que as impetrantes são uma nutricionista, uma assistente social, duas psicólogas e duas enfermeiras, todas lotadas no Hospital da Brigada Militar, desde o remoto ano de 1992, com esse vínculo precário, renovado por sucessivas leis.

É flagrante a inconstitucionalidade de todos esses diplomas, porque o disposto no art. 37, inc. IX, da Constituição, ou seja,







MS 7001510262

contratação temporária, é para atender a situações emergenciais, não às necessidades permanentes da Administração Pública em determinado local.

Pela profissão das impetrantes, verifica-se, à toda a evidência, que há uma necessidade permanente do Hospital da Brigada Militar de nutricionista, assistente social, psicóloga, enfermeira, o que, de resto, é denotado pelas sucessivas leis inconstitucionais, que permitiram a prorrogação desses contratos.

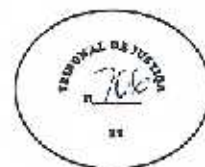
Seja lá como for, como assinalou o eminente Des. Stern, ao invés de esperar o termo da avença, ou, então, valer-se de alguma cláusula exorbitante prevista nessas leis - porque o regime não é necessariamente estatutário, ele é, segundo a doutrina, um regime especial, pode até ser integralmente estatutário, mas, em geral não é, porque restringe alguns direitos do servidor -, ao invés de esperar o termo do contrato e simplesmente dispensar as impetrantes, o que poderia ter feito, e poderá vir a fazer no futuro (nada o impede), o Estado resolveu realizar uma imputação. E, neste caso, com ou sem norma local, aplica-se o princípio da Constituição insculpido no inc. LV do art. 5º, motivo pelo qual era necessário assegurar ampla defesa às impetrantes, razão pela qual estou acompanhando o eminente Relator.

O DES. VASCO DELLA GIUSTINA - Eminentes Colegas, não obstante o eminente Relator não ter lido, citou parecer do Ministério Público, e, até em homenagem às impetrantes que, galhardamente, ficaram até este momento aguardando a decisão, eu leria cinco linhas do parecer que exprimem, parece, a idéia fundamental: *"As impetrantes não possuíam estabilidade na função pública, poderiam ser dispensadas sem a realização de algum procedimento administrativo. Desde que, porém, a autoridade coatora partiu de um ou mais fatos que constituíram faltas graves das servidoras, de modo a justificar o seu afastamento, cabia-lhe a obrigação*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



MS 7001510262

*de instaurar e proceder procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos a elas imputados. Não se pode, através de acusações generalizadas, dispensar as seis servidoras sem lhes assegurar a plenitude da defesa".*

Com essas considerações, acompanho integralmente o voto do Relator e dos brilhantes posicionamentos dos que lhe sucederam.

O DES. LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS - Como observado pelos colegas que me antecederam, o erro da Administração está na vinculação do ato administrativo. É a chamada teoria dos atos determinantes, que foi posta à evidência, a partir do que se impunha que a Administração, motivando o ato, abrisse às impetrantes as garantias mínimas de defesa.

Por essas razões, acompanho o eminente Relator. Concedo, também em parte, a segurança.

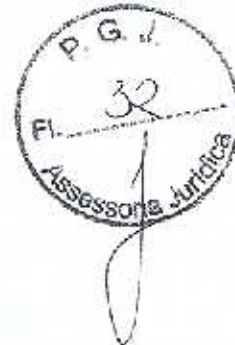
O SR. PRESIDENTE (DES. TAEI JOÃO SELISTRE) - Mandado de Segurança n.º 70001510262, de Porto Alegre, - "Concederam em parte a segurança. Unânime."

LHF





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

EXPEDIENTE n.º 15376-0900/03-2

Origem: Porto Alegre

Nome: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Assunto: BRIGADA MILITAR - PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS EMERGENCIAIS E  
TEMPORÁRIOS DE TRABALHO - INCONSTITUCIONALIDADE

---

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos  
Jurídicos:

Informo a Vossa Excelência, respeitosamente, que o presente expediente, ao ser autuado, restou encaminhado pela Unidade de Protocolo à Procuradoria da Probidade Administrativa, sendo que tal equívoco somente foi constatado nesta data.

À sua elevada consideração.

Em 30 de setembro de 2003.

Airton José Buenavides da Silva,  
Assessor – Área Bel. Ciências Jurídicas e Sociais, Classe R.

Ciente.

À Assessoria Jurídica para exame.

Em 30 de setembro de 2003.

Antonio Carlos de Avelar Bastos,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.